

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LUIZA KOETZ SPOLAVORI

AS RELAÇÕES DE TRABALHO E O SINDICALISMO NO BRASIL: O CASO DO
SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE GRAVATAÍ - RS (SINMGRA)

PORTO ALEGRE, 2019

LUISA KOETZ SPOLAVORI

AS RELAÇÕES DE TRABALHO E O SINDICALISMO NO BRASIL: O CASO DO
SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE GRAVATAÍ - RS (SINMGRA)

Trabalho de Conclusão apresentado à
Comissão de Graduação do Curso de
Geografia, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Bacharelada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando
Mazzini

PORTO ALEGRE, 2019

Quando os Trabalhadores Perderem a Paciência
(Mauro Luis Iasi)

As pessoas comerão três vezes ao dia
E passearão de mãos dadas ao entardecer
A vida será livre e não a concorrência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

Certas pessoas perderão seus cargos e empregos
O trabalho deixará de ser um meio de vida
As pessoas poderão fazer coisas de maior pertinência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

O mundo não terá fronteiras
Nem estados, nem militares para proteger estados
Nem estados para proteger militares
prepotência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

A pele será carícia e o corpo delícia
E os namorados farão amor não mercantil
Enquanto é a fome que vai virar indecência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

Quando os trabalhadores perderem a paciência
Não terá governo nem direito sem justiça
Nem juízes, nem doutores em sapiência
Nem padres, nem excelências

Uma fruta será fruta, sem valor e sem troca
Sem que o humano se oculte na aparência
A necessidade e o desejo serão o termo de equivalência
Quando os trabalhadores perderem a paciência

Quando os trabalhadores perderem a paciência
Depois de dez anos sem uso, por pura obsolescência
A filósofa-faxineira passando pelo palácio dirá:
declaro vaga a presidência!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente devo agradecer à minha família que me formou para o mundo e acredita e confia sempre nas minhas capacidades e atitudes diante deste. Não há uma pessoa na minha família que desacreditou de mim em algum momento, e por esse privilégio, sou grata.

Agradeço aos meus camaradas de luta. Sem eles eu não saberia a importância da luta no dia a dia e não teria a visão crítica à toda vírgula que vejo. Me acompanham desde 2013 entre momentos bons e ruins, sempre coletivamente. Me ensinaram, dialeticamente, que somos seres sociais e que a vida é coletiva, por mais que a gente aprenda o contrário. Me ensinaram, dialeticamente, que as culpas e dores que eu sinto, não são minhas, e sim de toda a classe trabalhadora.

À todos meus colegas do curso e de barra em especial. Nos últimos 5 anos criamos laços extraordinários de carinho e companheirismo. Foram aulas, encontros estudantis, ocupações de reitoria e do nosso próprio instituto, que nos formaram quem somos hoje juntos quase geógrafos e geógrafas, críticos do mundo todo, da areia ao universo, do indivíduo à sociedade, e por que não, do físico ao humano?

Agradeço à meu professor, chefe e orientador Luiz Fernando Mazzini. Que desde o primeiro semestre de curso já dava cutucadas em minha turma para que nós fossemos além em discussões, e quando entrei na bolsa do PET Geografia continuou me questionando e me incentivando, sem perder a credibilidade em mim. Em 2019 virou meu orientador mesmo meu tema não sendo de sua área específica.

E ao PET Geografia, que passei quatro longos anos aprendendo e compartilhando momentos acadêmicos e de vida. Esse espaço me acolheu inicialmente em um momento pessoal de total incerteza e me proporcionou criar laços importantíssimos e confiar mais em mim e no grupo que eu estiver compondo.

Não posso deixar de citar toda classe trabalhadora enquanto ator possível para minha conclusão de curso, que numa rede de conexões pelo mundo, criou toda a minha materialidade. A casa que eu moro, a comida que eu como, as roupas que eu visto, a cama que eu durmo. A faculdade que estudo, os ônibus que eu pego, os livros que eu leio, as ideias nos livros que eu leio. Enfim, toda a materialidade construída por milhares de mãos pelo mundo.

RESUMO

A conjuntura atual do Brasil e do mundo demanda inúmeros tipos de novas discussões políticas. Neste trabalho a discussão específica para a análise sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí, demanda retroceder mais de século, pois passa a ser necessário para analisar e concluir sobre esse tipo de discussão. Então o trabalho passa pela contextualização do movimento da burguesia e do movimento dos trabalhadores no Brasil para entender como acontece a última reestruturação do capital aqui e como o neoliberalismo surge a partir disso. Diante da discussão teórica desses momentos, analiso sobre o estudo do caso diante da questão do movimento sindical brasileiro. Toda discussão é feita a partir de leituras bibliográficas e análise qualitativa para entender a multinacional General Motors enquanto importante empresa-chave da classe burguesa e a necessidade de que tenha o sindicato dos metalúrgicos ao seu dispor para garantir sua funcionalidade no local e sua extração de lucros.

Palavras-chave: Sindicato de Estado; Burguesia; Classe trabalhadora; Neoliberalismo; Força Sindical.

RESUMEN

Hoy, Brasil y el mundo exigen numerosos tipos de nuevas discusiones políticas. En este documento de discusión específico para un análisis o Unión de los Metalúrgicos de Gravataí, es necesario retroceder más de un secular, ya que es necesario analizar y concluir sobre este tipo de discusión. Entonces, el trabajo pasa por la contextualización del movimiento burgués y el movimiento de los trabajadores brasileños para comprender cómo sucedió en la última reestructuración de capital aquí y cómo surge el neoliberalismo. Dada la discusión teórica de estos momentos, análisis o estudio de caso del movimiento sindical brasileño. Cualquier discusión y análisis basado en la lectura bibliográfica y el análisis cualitativo para comprender a la multinacional General Motors como una importante empresa de clase burguesa y la necesidad de tener la unión de los metalúrgicos para garantizar su funcionalidad no local y la extracción de ganancia de dinero.

Palabras clave: Unión del Estado; Burguesía; Clase obrera; Neoliberalismo; “Fuerza de unión”.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
Mapa de Localização do Município de Gravataí	9
Sobre o tema	13
Objetivos	14
O MOVIMENTO DO CAPITAL E DOS TRABALHADORES NO BRASIL	16
O movimento dos trabalhadores e da burguesia durante a fixação do capital	17
A construção do instrumento do sindicato	21
A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O NEOLIBERALISMO	29
Na América Latina	33
AS CENTRAIS SINDICAIS	35
A CUT	35
A Força Sindical	36
O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES NA DÉCADA DE 2000	40
O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE GRAVATAÍ (SINMGRA)	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
BIBLIOGRAFIA	54

INTRODUÇÃO

A geografia econômica trabalha com questões concretas da localização e distribuição das atividades econômicas, do papel do desenvolvimento geograficamente desigual e os processos de desenvolvimento econômico locais e regionais (Mackinnon, D. & Cumpers, A.). A geografia econômica tem por base entender e explicar a distribuição geográfica dos fenômenos e a relação dessa geografia com a gestão política e econômica.

Em uma visão marxista, a economia atual continua tratando do lucro que gerado a partir da produção, circulação, intercâmbio e consumo de mercadorias. Este lucro é a base do modo de produção capitalista, e por ser base, organiza a vida da sociedade, sendo ela uma sociedade majoritariamente urbana industrial. Ou seja, a sociedade se organiza a partir da lógica urbano industrial com as cidades voltadas para facilitar o processo de desenvolvimento desta lógica. Cidades, estados, países e os trabalhadores de cada local giram seus esforços para garantir esse funcionamento, seja de forma consciente ou inconsciente.

Marx traz em *O Capital (1867)* que essa forma de economia só se mantém firme, pois há uma superestrutura altamente organizada ao longo dos anos de consolidação do capitalismo. Essa superestrutura é composta por um sistema jurídico, político, e de consciência social que se preparam para garantir a correlação de forças entre trabalhadores e capitalistas. O Estado se encontra nessa superestrutura e, parte dele como as instituições como sindicatos, que destrincharei mais à frente.

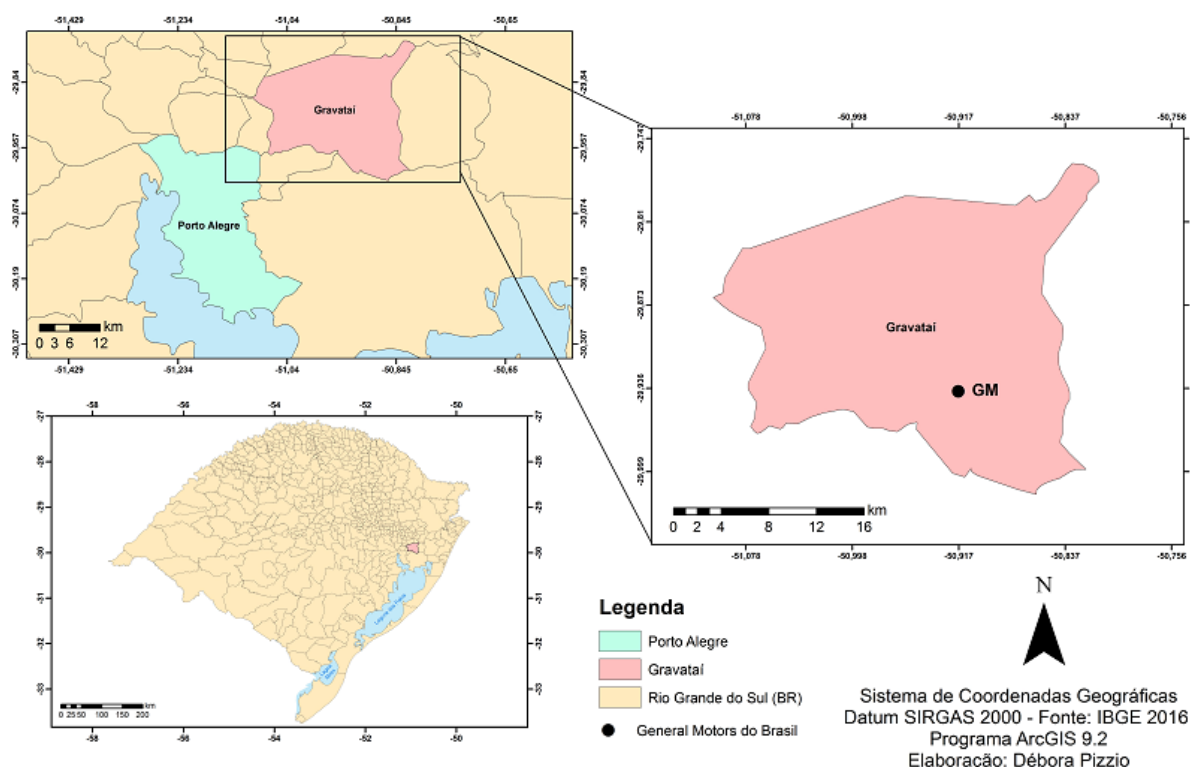
O Estado serve enquanto um instrumento de conciliação entre as classes e oculta seu caráter de dominação da burguesia quando apresentado enquanto um instrumento que está ali para salvar todos. Ele atenua os conflitos da ordem burguesa através do convencimento e da violência, promovendo a acumulação de capital e possui leis que regulam e aprofundam a exploração da classe trabalhadora. Já o Estado da social democracia, este oculta melhor os conflitos de classe ao proferir o discurso de que vai se utilizar desse instrumento em favor da classe trabalhadora, e educa esta para entender a disputa institucional como o centro da política, perdendo o caráter classista da luta. Gramsci escreve que a esquerda comete o mesmo erro dos liberais ao acreditar na plenitude das instituições do Estado Democrático. O Estado serve para um lado da classe, que tem cara e nome.

A General Motors (GM) por exemplo, é uma multinacional nascida nos Estados Unidos cuja principal área de negócios abrange a produção de automóveis. A GM é uma das vinte e cinco maiores empresas do mundo e tem seu papel no manejo da economia mundial, e como tal, interfere e influencia nas decisões em esfera nacional e regional. Quando a GM escolhe vir para o sul do Brasil, no Rio Grande do Sul e específico para Gravataí, tem uma estratégia de localidade. Com a fábrica mais moderna instalada, a economia do Rio Grande do Sul tende a se desenvolver principalmente nas cidades mais próximas de si, trazendo consigo o discurso que sua instalação acompanhará o aumento da cidade, melhoria de rodovias, comércio ampliado, entre outros, a fim de melhorar o espaço para garantir seu lucro. Inclusive junto dela nasceram outras 18 empresas sistemistas que fazem parte do seu complexo automotivo hoje.

O Rio Grande do Sul se coloca na disputa para receber a GM e escreve em seu RIMA que “aparece atualmente como uma das regiões mais importantes para instalação de polos industriais, principalmente a partir da efetiva instalação do MERCOSUL.” Segundo o RIMA do complexo automotivo de Gravataí (volume 5, 1997), a cidade de Gravataí foi escolhida pela “disponibilidade de uma ‘cultura industrial’, que está associada a uma boa qualidade de mão-de-obra, que no caso, ensejou a procura por área situada na região Metropolitana de Porto Alegre, em um raio máximo de 50km do centro.” Ou seja, próximo à cidade capital do estado, facilitando o fluxo de negócios entre Estado – empresa. A GM quando instalada no sul da América Latina, não chega de mãos abanando para os trabalhadores, mas sim com tudo esquematizado para manter estes sobre seu controle.

Gravataí é um município do Rio Grande do Sul localizado à 22km de Porto Alegre que tem uma população estimada em 281.519 pessoas. O perfil da População Economicamente Ativa (PEA) do município têm predominância masculina, também predominância na faixa dos 25-29 anos, e também a maior parte da PEA tem o ensino médio completo, mas o ensino superior incompleto. O PIB per capita em 2017 foi datado em R\$ 45.089,09, sendo a 4ª mais alta na microrregião. (IBGE, 2019.).

Mapa de Localização



Mapa de Localização do Município de Gravataí

Os sindicatos são, em sua origem, instrumentos de luta e organização dos trabalhadores para conquistar e garantir direitos trabalhistas e melhores condições de vida no local onde o sindicato existe. Construído por trabalhadores e para os trabalhadores. Há diversas mudanças internas no sindicalismo mundial, e brasileiro. Neste trabalho terá maior foco no histórico brasileiro para analisar então a especificidade do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí (SinMGra), e a especificidade da Central Sindical Força Sindical (FS) nesse sindicato.

A relação de forças entre empresa e sindicato, capital e trabalho - que aqui vamos chamar de *efeitos* do Sindicato de Estado (BOITO, 1991, p. 39) - é tensionada e pode ser violenta ou não, a depender de quem gerencia o sindicato e a depender do momento histórico em que o capitalismo se encontra. Esse momento histórico tem diversas escalas de localidade e intensidade, e varia entre crises e pré-crisis econômicas e. Os tipos de relação se alternam de local para local e servem ao mesmo propósito de desenvolvimento do capital, na urbanização, criação de empregos e leis, etc.

Harvey descreve em seu livro *Condição Pós-Moderna* (1979) que em momentos de reestruturação do capitalismo, o Estado pode se aproveitar dos sindicatos cedendo-lhes direitos em troca da adoção por parte dos trabalhadores de atitudes cooperativas nas novas técnicas impostas, que tem intuito de aumentar a produtividade e aumentar o lucro da empresa. E é nesse cenário que nasce o SinMGra.

Durante a ameaça feita pela GM de que sairia do Brasil caso as fábricas não implantassem a mudança de 28 pontos (ANEXO 1 pg. 54) nos contratos, houve na última eleição do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí (22, 23 de março de 2019), duas chapas se candidatando, a chapa atual da Força Sindical que está na gestão do sindicato desde os primórdios do SinMGra e que se mostra aliada à empresa desde o início. E a chapa de Oposição Metalúrgica (mais adiante desdobro sua composição), que se mostrou como um ator disposto a mudar toda correlação de forças existente entre empresa e sindicato na localidade.

Portanto, as relações de força parecem estar dispostas a mudar, gerando maior tensionamento entre as partes envolvidas (empresa, trabalhadores, chapas de sindicato) quando estas entram em movimento. E essa tensão mais acirrada e de certa forma mais violenta, se torna uma expressão física do que é a luta de classes: os trabalhadores organizados querendo lutar contra seu patrão, e a patronal com seus agentes que lutam contra os trabalhadores.

Passo a escrita e a análise sobre os diversos momentos da luta de classes no Brasil desde que a burguesia industrial começa a se consolidar no país e no Estado, até a consolidação do discurso e das práticas neoliberais por parte da burguesia e de agentes dela. Toda essa descrição e análise parte do meu entendimento de mundo baseado no Materialismo Histórico e Dialético.

“[...] o Materialismo Histórico parte da concepção materialista da realidade, para, através do método dialético de análise, abordar de maneira mais correta e abrangente os mais variados fenômenos e ainda descobrir as leis objetivas mais gerais que regem a sua evolução”. (PCB. INTRODUÇÃO AO MATERIALISMO HISTÓRICO/DIALÉTICO. Curso de Iniciação Partidária, [S. /], p. 11, 18 jul. 2010. Disponível em: <https://www.pcb.org.br/portal/docs/materialismo.pdf>. Acesso em: 1 set. 2019.)

Assim como é extremamente necessário entender de onde parte meu entendimento de capitalismo, já que o sindicato se encontra no contexto de uma das maiores peças-chaves do capitalismo, que é a General Motors. Louis Althusser (2013, p. 42) traz na nota de edição do *Capital* sobre o capitalismo:

“Produzir o máximo de mercadorias pelo preço mais baixo, para extrair daí o máximo de lucro, é a tendência irresistível do capitalismo. [...] A história do capitalismo é toda ela a história de um prodigioso desenvolvimento da produtividade por meio do desenvolvimento da tecnologia. [...] Diante da tendência inexorável do capitalismo à diminuição do salário, a luta para aumentar o salário é, por seu princípio mesmo, uma luta defensiva contra a tendência do capitalismo de diminuir o salário”.

François Chesnais em *A Mundialização do Capital* (1994) traz o conceito de companhia multinacional como “resultado de um processo, mais ou menos longo e complexo, de concentração e centralização do capital, e que, frequentemente, se diversificou, antes de começar a se internacionalizar”.

Precisei analisar também o papel do Estado para adentrar em Sindicalismo, pois este se encontra dentro do Estado. Portanto, me baseei primeiramente em Lenin quando escreve em *O Estado e a Revolução* ao afirmar que: “o Estado é um órgão de dominação de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes.”.

E conjuntamente seguindo a lógica de que a formação de Estados nos diversos espaços se dá sempre com suas particularidades locais, mesmo tendendo a uma hegemonização de objetivo final, como citado acima. Então é necessário que eu faça um recorte espacial do conceito de Estado que irei trabalhar, em específico no Brasil. Portanto, me debruço na leitura de Ruy Moreira quando este pincela sobre a formação do Estado brasileiro dentro de seu livro *O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil* (2013), ao afirmar no debate sobre a formação social brasileira que:

“Espelho institucional do bloco de classes a que serve, o Estado é em suas ações a face da evolução conjuntural desse bloco. Sob a face do bloco agromercantil, ele conserta a ordenação espacial que exprime a fusão dos aspectos do eixo economia-política em espaço

nacional. Muda para adquirir a face do bloco industrial-agrário que ordena o arranjo espacial que leva à fusão dos aspectos do eixo produção-circulação. E, por fim, toma a face do bloco industrial-agrário-financeiro quando o capital industrial-financeiro assume as rédeas e inverte os termos de hegemonia da aliança, e engendra a ordenação espacial que ajusta os eixos às necessidades da urbano-industrialização que avança. É o Estado indicando, em seus atos, as faces diversas do agrarismo e industrialismo.”

Ruy busca categorizar as fases do capitalismo no Brasil e quem dominava os eixos produção-circulação e economia-política, mostrando uma evolução do processo do Estado e que a dominação da produção-circulação dirigiria a economia-política (no caso brasileiro).

Para fazer um histórico breve de como se formou o sindicalismo brasileiro e então chegar no Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí, busco em Emilio Gennari *sindicato e organização de base: histórias, dilemas e desafios* (2008), que olha para o passado e analisa “como e porque os setores combativos do sindicalismo urbano brasileiro vieram a ser o que são” com o objetivo de que seu estudo sirva para então aprimorar estes instrumentos de modo que o dia a dia de sofrimento dos trabalhadores seja mais leve e vise um futuro de liberdade.

Essa proposta de seguimento ao seu trabalho, que vise um futuro de liberdade, é de vontade e desejo de muitos críticos e escritores que me baseio nesse trabalho. São escritas inspiradas em uma mudança profunda nas raízes da sociedade hegemônica. Escrevo isso para explicitar que os sindicatos brasileiros mudam seu caráter e perdem essa inspiração de vista, que um dia tinham por objetivo final.

Em *Para Onde Foram os Sindicatos? Do sindicalismo de Confronto ao Sindicalismo Negocial* de Ricardo Antunes e Jair Batista da Silva (2015), são indicados elementos para mostrar a transformação da prática sindical da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e também a criação direcionada de caráter neoliberal da Força Sindical, desde seu início, até o ano de 2015 (ano de publicação do livro). Eles buscam fazer crítica a esse novo sindicalismo como afastamento do caráter de classe, que é a análise que busco fazer sobre o caso específico do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí hoje.

É necessário observar e afirmar que o sindicalismo fez parte do movimento popular brasileiro nas últimas décadas do século 20. Esse movimento popular, entretanto, acaba por se perder no final dos anos 90. E em *Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000*, Armando Boito, Andreia Galvão e Paula Marcelino (2009) falam sobre o limite das lutas reivindicatórias que existem no Brasil na primeira década de 2000 no governo do PT, destacando que não há um movimento político que lute contra o capitalismo neoliberal.

Entender o papel da Força Sindical e do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí hoje faz parte de entender o que é um sindicato de Estado, e dentro do contexto do sindicalismo brasileiro, Armando Boito Jr vai definir sindicato de estado em *O Sindicalismo de Estado no Brasil* (1991) enquanto algo que “é, sempre, e ao contrário do que se passa com outros tipos de sindicalismo, uma instituição que amortece o conflito de classes.”. Ele buscou estudar a estrutura e a ideologia do aparelho sindical oficial e os efeitos que têm sobre a organização e a ação sindical dos trabalhadores brasileiros. Questiona a limitação das funções dos sindicatos de Estado e a contradição das suas ideologias.

Me ateno também à conceitos chave do meu referencial teórico como: Sindicalismo “pelego”¹; Burguesia; Classe trabalhadora; Neoliberalismo.

Sobre o tema

Escolhi este tema por causa da proximidade que tenho com o assunto. Sou militante recente na área junto com os trabalhadores metalúrgicos e outras categorias, e diante da ameaça feita pela GM de sair do Brasil, as atitudes do sindicato me deixaram surpresa. Porém não tão surpresa, pelas histórias que ouvi falar, mas o mínimo para me instigar a escrever este trabalho com essa questão a ser analisada.

Num cenário de pouquíssimas mobilizações dos trabalhadores brasileiros desde os anos 90, os sindicatos devem ser analisados em seu todo e em suas particularidades. Diante desse cenário procuro saber: *como os sindicatos atuam diante das relações de trabalho ao longo dos anos? E hoje, qual o papel do sindicato dos metalúrgicos de Gravataí enquanto instituição que trabalha na manutenção da GM na localidade (Gravataí)?*

¹ Pelego: Ator que atua a fim do amortecimento da luta de classes. Busca negociações para evitar o conflito.

Objetivos

Como objetivo geral eu busquei contextualizar a organização dos trabalhadores urbanos no Brasil diante da movimentação do capital e relacionar com as limitações do SinMGra e as causas dessas limitações. E com os objetivos específicos em mostrar a validade que existe no instrumento do sindicato enquanto instrumento de organização para os trabalhadores e como pode servir de instrumento para a GM; Mostrar quais os atores que configuram essa relação de forças existente hoje e como surgiram;

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa de cunho exploratório com procedimentos adotados de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Organizei o trabalho de forma a conseguir contextualizar grande parte do movimento sindical urbano brasileiro para chegar nas últimas duas décadas. E a técnica de análise de dados coletados baseou-se no auxílio metodológico da análise de conteúdo, e fazendo ligação entre os assuntos para que eu conseguisse ter respondida a pergunta do tema durante o processo.

Altruísmo Burguês
(Jonathan Constantín)

Daremos o pão
..... a paz
..... a pinga

Em troca do teu silêncio

Daremos o teu salário
em dia (ou atrasado)
Talvez um teto
..... um meio de locomoção
..... uma forma de lazer

Queremos apenas a tua força de trabalho
e a riqueza que ela é capaz de gerar.

Teremos ainda
(sempre à disposição)
..... o pau
..... a pedra
..... as grades

Se porventura supuseres
que podes reclamar.

O MOVIMENTO DO CAPITAL E DOS TRABALHADORES NO BRASIL

A formação social brasileira é necessária de entendimento para analisar o que foi o movimento dos trabalhadores urbanos no Brasil e como chegamos ao movimento dos dias atuais. Durante o período de produção escravista colonial, o Brasil pode ser classificado como pré-capitalista, pois não desenvolvia a produção da mais-valia em si, mesmo integrado ao mercado mundial capitalista. A escravidão servia como fator externo de impulsão do desenvolvimento capitalista na Europa e se subordinava à este modelo (BIONDI, 2015). Ao mesmo tempo que pré-capitalista, o Brasil não experimentou uma fase feudal. O capital comercial atuante no Brasil colônia fazia parte do sistema hegemonicamente agromercantil, num período de acumulação primitiva necessária da acumulação capitalista.

O capital fabril ia crescendo nas brechas da economia agromercantil enquanto necessidade dos Estados já capitalistas, entendendo que a acumulação de mais-valia é a forma mais lucrativa de exploração. Por isso, o fim da escravidão se insere enquanto uma solução ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Esse capital fabril inicial tinha suas contradições capital-trabalho, onde novas demandas apareceram a partir do trabalho assalariado havendo dificuldades nos termos de reprodução da força de trabalho fabril. Os negros recém libertos da escravidão além de não serem vistos como trabalhadores dignos, tinham seus acúmulos de lutas travadas durante sua escravização, e por isso a demanda de trabalhadores vindos da Europa era recorrente e o proletariado negro foi o primeiro exército industrial de reserva brasileiro.

Havia também as contradições capital-capital onde o projeto industrial se choca com a hegemonia agromercantil. Este modelo entra em crise nos anos 1910 aos anos 1920, quando a economia imperialista mundial pressiona suas vontades no país. No esgotamento do processo de acumulação primitiva no Brasil, se instala uma relação de interdependência entre as economias agromercantil e industrial onde a burguesia fabril tem maior expansão nessa relação enquanto reflexo da nova hegemonia mundial do modelo capitalista de produção, e ao longo da modernização industrial, os agrários se aproveitam para desenvolver sua modernização também. O bloco de poder no governo do território tem que se reordenar para lidar com os novos interesses principais.

Os estabelecimentos e a propriedade dos capitais industriais que estão no sudeste concentrados territorialmente em São Paulo crescem e se torna monopolista. A modernização e expansão industrial acelerada promove um desenvolvimento desigual e combinado tanto das cidades como consequentemente das condições de vida dos trabalhadores. A expansão e aceleração da produção de energia diante da implantação das usinas hidrelétricas, das ferrovias e das estradas possibilita que os custos da produção industrial se rebaixe em escala generalizada e hegemonicamente a grande indústria abrange o mercado nacional de forma a controlar este, levando ele a se oligopolizar. A expansão urbana dissolve a necessidade do padrão indústria-cidade com a articulação dos mercados, que fica mais fácil a mobilidade territorial para a movimentação do capital. Assim a indústria se diferencia de fato do agrarismo e ganha corpo. Quando a grande indústria se monopoliza, há sobreposição da participação da indústria diante da agricultura na produção do valor industrial e na distribuição da renda nacional. Enquanto a participação da indústria cresce, a participação da agricultura diminui. Entretanto, como esperado do desenvolvimento desigual e concentrado, nas outras regiões do país que não o sudeste, a participação no valor industrial cai e da agricultura sobe.

Enquanto a economia fabril se instala e tenta se estabilizar no país, suas contradições internas vão impulsionando seu desenvolvimento. E estas contradições se dão diretamente na luta dos interesses dos trabalhadores contra os interesses dos burgueses industriais. Como é um processo inicial de instalação, a economia fabril se mostra muito dura ainda e com seus reais objetivos de lucro à mostra para os trabalhadores, que tendem a se organizar nos sindicatos e lutar contra várias condições de trabalho impostas.

O movimento dos trabalhadores e da burguesia durante a fixação do capital

Há diversos encontros com delegações para organizarem a luta e acertarem as atuações em âmbito nacional em torno de 1903 a 1906. A pauta por melhores condições de trabalho e de vida se unifica e diversas categorias organizam greves gerais num período de 1917 a 1920. Porém essas lutas se dão de formas e origens diferentes, e quando a luta é por melhores condições de trabalho, salário etc o operariado dá um salto de qualidade na consciência de “classe em si” (se enxergar enquanto categoria) para “classe para si” (se enxergar enquanto classe trabalhadora), entendendo que a luta é para além das conquistas específicas da sua

categoria. O operariado fabril se torna dirigente do projeto de sociedade cuja classe trabalhadora vai lutar no momento em que se consolida enquanto a parte da classe que está no centro do sistema, agora em hegemonia fabril.

Há um processo de oligopolização que estratifica as indústrias dividindo-as entre grande, oligopólica e as demais, e cria o capital industrial-agrário-financeiro. Entretanto, não as altera, mantendo a formação de ramos de bens não duráveis.

A burguesia fabril passa por mudanças nos anos 1930 quando entra em processos de monopolização (inerentes ao processo do capitalismo), e prioriza legitimar a ordem liberal na forma de produção fordista e desenvolver um projeto que faça a formação social brasileira nos seus moldes. O modelo fordista de produção aplicou a esteira de produção para organizar os trabalhadores em uma grande linha de montagem para expandir as indústrias automobilísticas. Aumentou o ritmo de trabalho dos trabalhadores e criou um acúmulo de estoques de peças e produtos, incentivando o consumo em massa.

Com o enfraquecimento do agrarismo no bloco de poder a burguesia fabril ganha força e a industrialização passa a avançar aceleradamente. O espaço vem a se tornar monopolista quando organiza nacionalmente toda a estrutura do território e a totalidade social nos moldes capitalistas com hegemonia industrial. Essa hegemonia (industrial) é baseada na fusão dos monopólios fundiário, industrial e bancário no capital financeiro.

O departamento I revivido por Ruy Moreira em *O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil* (2013. p. 108-138.), que contém as indústrias de produção de bens de capitais (meios de produção) vem a se tornar o centro do sistema econômico brasileiro e o departamento II que contém as indústrias de produção de bens de consumo se organiza a partir dessa nova relação, que deixa de ser recíproca para formar uma sociedade organizada de forma desigual e combinada quando o Departamento I não se coloca em todos os espaços do território nacional. A burguesia precisa estruturar os termos da reprodução da força de trabalho diante da produção de bens de consumo assalariado. Ou seja, o setor alimentício precisa se expandir nacionalmente de forma a se modernizar para que se desenvolva a indústria e o capitalismo entre numa fase avançada.

O operariado fabril se concentra no sudeste junto com o aumento das indústrias que é o setor cujo a cidade se volta. Dá-se o perfil de luta classista brasileiro com referência nesse operariado, mesmo enquanto o operariado urbano

cresce em todas as cidades junto com a urbanização e não tem a fábrica enquanto setor principal. O operariado urbano na formação social brasileira cresce sempre que o sistema industrial se tecnifica, e está sempre numericamente acima do operariado fabril.

Nesse processo de realinhamento das classes dominantes, na década de 30, Getúlio Vargas procura, em seu governo, desmobilizar o movimento sindical e atua com o discurso de colaboração e harmonia, cujo fica implícito a tentativa de eliminar o conceito de luta de classes. Na tentativa de ganhar a confiança da população mesmo assim, ele assina diversas normas que melhoram a condição de trabalho do trabalhador como a criação de caixas de pensões e aposentadorias, a fixação da jornada de trabalho em oito horas diárias, o descanso semanal remunerado, intervalo para refeições, o pagamento de horas extras, a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, férias e a lei do salário mínimo. Em 1939 Vargas cria a Justiça do Trabalho para julgar os atritos decorrentes das novas leis trabalhistas criadas desde 1930, sob o discurso de que melhoraria as condições de reclamação dos direitos.

Entretanto, a desmobilização no movimento sindical é maior e chega a partir das medidas impostas por Vargas para moldar uma nova estrutura sindical. Ele define a quantidade de trabalhadores que podem fundar um sindicato e limita o número de e quais estrangeiros que podem participar (nessa época os estrangeiros constituíam a parcela politicamente mais avançada da classe trabalhadora); o reconhecimento do sindicato passa a estar vinculado à aprovação do Ministério do Trabalho que surge no ano de 1930; o sindicato passa a ser único por categoria e em nível municipal; acaba limitando as ações diante das reivindicações salariais, de fiscalização de higiene e de regulação do trabalho; os sindicatos têm o direito de assinar com os patrões convenções e contratos de trabalho; passa a ser proibido qualquer tipo de propaganda de ideologias que são “sectárias”; garante aos delegados do Ministério do Trabalho que possam participar de assembleias gerais e examinar as finanças dos sindicatos.

Na época os trabalhadores ainda têm muita força e resistência para (não) aceitarem esse tipo de decreto, portanto são baixíssimas as adesões ao plano do governo num primeiro momento. Porém, nos anos seguintes o movimento sindical enfraquece devido ao aumento do desemprego, do sindicalismo governista

intensificado pelo Ministério do Trabalho e junto à repressão policial e a divisão entre os comunistas e os anarquistas na vanguarda da luta.

Por exemplo, o movimento grevista dos anos 1910 passou a se tornar um movimento político em 1930, com orientação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que mudou a agenda de lutas para lutas mais reivindicativas em detrimento das mais econômicas que anteriormente eram centrais, o que faz com que a luta se torne menos fabril e mais urbana. Em 1935 é criada a Aliança Nacional Libertadora numa tentativa de união por parte dos setores combativos da luta com setores da classe média para apoiar um programa de mudanças. O programa sonhava alto: “criação de um governo popular, garantia de liberdade para o povo, o não-pagamento das dívidas que o Brasil tem com os demais países, a distribuição das terras dos latifundiários para os trabalhadores rurais e a nacionalização das empresas estrangeiras presentes no território nacional.” Mas no âmbito econômico a organização da luta sofreu mais ataques.

O sindicato costumava ser instrumento de lutas operárias assim como de formação político-cultural da classe antes de seu enfraquecimento. A indústria por ser parte do bairro, portanto parte da vida da classe fez com que as contradições existentes ali entre capital-trabalho, fossem existentes e realidade dos bairros também, portanto as ações do sindicato tiveram organização em parte da população proletária e das famílias envolvidas. E enquanto a ideologia operária se desenvolveu pela fábrica e pelos bairros a partir da forma de organização da classe pelo sindicato, o fordismo surgiu por parte da burguesia fabril como forma de disciplinar o operariado e evitar a regulamentação das leis do trabalho.

A regulação mercantil do fordismo naturalizaria então o novo cotidiano operário de relações impessoalizadas, pois o convívio do fordismo se dava em uma *“regulação em que capital e trabalho vivem correlatamente o fluxo de transfiguração do valor, da forma oculta (mais-valia) à forma equivalente (capital-dinheiro), como movimento natural da acumulação capitalista”* (MOREIRA, 2013.), a fim de evitar que se enxergassem as contradições capital-trabalho. Representou o modo de vida social dominante, um novo sistema de reprodução da força de trabalho nos países com capitalismo bem desenvolvido durante o pós-guerra até os anos 1970. Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida.

Tanto que as primeiras leis do trabalho em 1926 surgiram nesse molde do fordismo, ainda em combate para que os trabalhadores não tivessem férias remuneradas, nem proteção ao trabalho do menor, entre outras, e ao mesmo tempo existiu um movimento para que o Estado criasse uma Escola Nova, onde ele tivesse total controle da formulação da educação e da produção da cultura. Na década de 1930 esse formato de coletivização da classe mudou.

A construção do instrumento do sindicato

O Ministério da Educação e Saúde Pública é criado em 1930 com objetivo de que a produção da cultura do operariado seja passado ao Estado e que este passe a orientar, tirando das raízes do operariado a produção da educação e dissolvendo a ideologia classista para que essa deixe de existir. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio é criado no mesmo ano com objetivo de juntar as duas atividades econômicas e os três segmentos de classe na direção do Estado, assim como o controle das atividades sindicais, que faz com que o sindicato operário existente passe a se definir como um sindicalismo de Estado. São novos aparatos que legitimam o controle do operariado e das contradições intradominantes. Ruy Moreira coloca ainda os dois Ministérios enquanto chave para o Estado corporativo (2013. p. 98-101.) e escreve “o ministério do trabalho parametrando a reprodução do corpo, e o ministério da educação, a reprodução da mente. O Estado determinando do sindicato à escola o modo de agir/pensar do operariado como classe.”. Esse processo de segregação, dissolve as relações dentro da classe trabalhadora e dificulta a organização conjunta das lutas.

A estrutura do sindicato oficial, ou também *Sindicato de Estado* como chama Armando Boito em *Sindicalismo de Estado no Brasil* (1991) passou a ser então subordinada ao Ministério do Trabalho (Departamento Nacional do Trabalho e Delegacias Regionais do Trabalho) e à Justiça do Trabalho, então não pode ser diferente do que na prática ser instrumento de controle dos trabalhadores, a partir de normas jurídicas que são voltadas para o controle das ações reivindicativas, estabelecendo o ritmo das lutas.

São três elementos principais que garantem a subordinação do sindicato pelo Estado, formando sua ESTRUTURA. A investidura sindical: é a principal delas, pois é a concessão do Estado para que o Sindicato possa existir com normas obrigatórias nos estatutos, fazendo com que o Estado obrigatoriamente tenha poder

em sua regulamentação e necessariamente provoque intervenções; A unicidade sindical: serve também como controle da dinâmica sindical com seus padrões de direção verticalizadas, quando não permite que haja outras associações que disputem entre si ideias e práticas de luta. Essas outras associações podem ser não governistas e também a grande quantidade na disputa torna mais vulnerável qualquer sindicato a aceitar pressões vindas da base. A unicidade também depende da intervenção de um ramo do aparelho de Estado (Ministério do Trabalho, Poder Judiciário e até a polícia). As contribuições sindicais obrigatórias: há o imposto sindical que é arrecadado anualmente pelo Ministério do Trabalho e este retém parte do que é arrecadado, repassando o resto para os sindicatos, federações e confederações oficiais, e há a taxa assistencial cobrada pelo próprio sindicato. Porém estas taxas também mantêm refém as direções de sindicatos, pois é um dinheiro que mantém o sindicato existindo, tanto que as empresas fazem incentivo aos trabalhadores se oporem ao desconto da taxa assistencial e hoje (2019) o governo atual quer acabar com ela, a fim de enfraquecer os sindicatos.

Essas contribuições obrigatórias por lei garantem o poder tributário que o sindicato oficial detém enquanto ramo do aparelho de Estado, fazendo com que as finanças do sindicato e os recursos materiais e humanos sejam dependentes da cúpula do aparelho de estado e não pertençam aos trabalhadores.

Os EFEITOS dessa estrutura são: a destituição de diretorias sindicais pelo Ministério do Trabalho, a tutela das DRTs (delegacia regional do trabalho) sobre as eleições sindicais, a imposição de um estatuto padrão, o controle das finanças dos sindicatos, o peleguismo, a ausência de organização sindical nos locais de trabalho, o assistencialismo e a organização fragmentada por categorias profissionais. Esses efeitos são confundidos como sendo parte da estrutura sindical, mas eles são decorrência da sua estrutura e variam de acordo com a correlação de forças entre classes.

Por exemplo, foi implantada a lei de Segurança Nacional em 1935 que aumentava a repressão das atividades políticas que eram consideradas subversivas considerando também criminosas as propagandas opostas às ideias de governo, assim como proibia greves do funcionalismo e serviços públicos e dos trabalhadores do setor de abastecimento. Essa lei foi aprovada num momento onde a correlação de forças entre classes estava acirrada e era necessário aumentar a repressão contra a classe trabalhadora. Esse processo levou à muitas pessoas presas,

deportadas ou mortas, fazendo com que os trabalhadores que quisessem militar, fizessem isso escondido, dificultando a organização da luta da classe trabalhadora. Esse é um dos efeitos que podemos mencionar do sindicalismo de Estado.

O sindicato como parte do Estado, tem limites nas lutas de reivindicações. A ideologia da jurisdição burguesa impõe limites ao definir que os direitos não podem prejudicar terceiros. Essa lógica vai de contrapartida com a própria estratégia da greve, instrumento de luta mais avançado da classe que prejudica terceiros (burgueses) ao estagnar o lucro. Então ao dar garantia ao direito da greve, fica implícito que essa garantia é uma limitação (como por exemplo em 1946: “Justiça do Trabalho com a tarefa de examinar e decidir, caso a caso, se uma greve pode ser considerada legal ou ilegal.” GENNARI, Emilio. Sindicato e organização de base: histórias, dilemas e desafios). Para citar onde essa limitação ocorre por parte da CLT e portarias ministeriais que regulamentam itens:

“denominação dos sindicatos, sua organização por categorias, sua base territorial, e seus serviços, obrigatórios ou facultativos, de assistência jurídica e social; a duração e o tipo de mandato dos diretores dos sindicatos, o número de integrantes de uma diretoria sindical, as funções de cada membro da diretoria e a habilitação dos candidatos a cargos de direção. No tocante ao estatuto, exigem do sindicato a colaboração com o governo e a promoção da paz social e proíbem a propaganda ou a atividade partidária na sede do sindicato. A legislação regulamenta, também, as assembleias sindicais. Estabelece a forma de convocação, o quórum e o método de votação para cada tipo de assembleia sindical: assembleia de campanha salarial, assembleia para aprovação de contas da diretoria, etc.” (BOITO JR, 1991, p. 55)

Por isso o Estado Novo de Vargas e a constituição de 1937 chega a se assemelhar à governos ditatoriais do continente europeu. Não só pelos efeitos do sindicato por parte da correlação de forças do governo, mas principalmente pela sua estrutura, que subordina o sindicato ao Estado desde sua criação.

É criado neste período o juiz vogal, ou representante de classe, juiz classista. Tinha um juiz do empregador e outro dos empregados e mais um juiz de direito, que dava a impressão de participação, mas na verdade ele servia apenas à tradição

“pelega”, no caso aos patrões. Na teoria esses juízes deveriam atuar do lado dos trabalhadores, mas sempre atuavam em defesa dos empresários.

Os sindicatos nessa nova estrutura e conjuntura se transformam em entidades assistencialistas para a população devido aos decretos do governo em 1939 que teve intuito de retirar o papel de assistência social do Estado. De tudo era oferecido pelo sindicato desde auxílios básicos até assistências médicas e manter serviços de apoio jurídico para os sócios, além de colaborar no desenvolvimento da solidariedade social e promover a conciliação. Ou seja, por causa das inúmeras tarefas não sobrava nem tempo para organização das lutas caso o sindicato não fosse uma máquina sindical atrelada ao Estado. Esse processo fez com que houvesse um grande aumento do sindicalismo governista, e a quantidade de filiados aos sindicatos pelo país diminuiu bruscamente até o final da década de 1930 e início da década de 1940, com menos de 300 mil pessoas, mesmo a população urbana tendo aumentando em 4 vezes nesse período de industrialização, assim como da população do campo que aumentou 2,5 vezes. Esse aumento da população garantiu à burguesia agrária e à burguesia industrial um novo exército de reserva enorme de trabalhadores.

O governo criou o imposto sindical no momento em que não havia mais sócios suficientes para bancar todas as atividades “extras” do sindicato. Esses elementos contribuíram para o progressivo desenvolvimento do sindicato pelego, desde a dependência da criação do sindicato pelo Ministério do Trabalho que atrelou o sindicato como parte da estrutura do Estado.

Vargas aprovou em 1942 a lei antitruste que visava controlar as ações do grande capital dentro do Brasil, dando poder ao governo de desapropriar empresas que prejudicavam os interesses das grandes empresas nacionais. Ora, no meio da segunda guerra mundial, em momentos de redução do volume e do ritmo de trocas de capitais onde os grandes capitalistas desejavam expandir e aumentar sua produção, Vargas perdeu o apoio da burguesia internacional e da média burguesia nacional que estava passando por processos de se monopolizar.

Nos anos seguintes o governo diminuiu o controle sobre os sindicatos, dando maior liberdade na escolha das direções e permitiu a legalização do Partido Comunista. Por causa dessa maior liberdade houve um aumento de líderes combativos nas diretorias e então é abolida a unicidade sindical havendo um momento de pluralidade sindical onde a burguesia tem o intuito de fragmentar e

enfraquecer as organizações das lutas. O Partido Comunista nas décadas anteriores à de 1940 ajudou na organização da luta pela base e começou a construir seu projeto político a partir disso, porém quando legalizado, construiu uma política de acordos com Vargas, além de apoiar sua permanência na presidência, ajudou a conter as lutas sindicais diante das mobilizações por causa de anos de arrocho salarial.

Mesmo diante desse cenário, as mobilizações pela base seguem e alguns sindicatos de trabalhadores de algumas empresas não perdem a resistência e conseguem aumentos salariais. As lutas camponesas e operárias voltaram a crescer em 1940 com greves localizadas, após sua estagnação diante do surgimento do sindicato vertical e único e das lutas políticas priorizadas pela classe trabalhadora em 1935. Ganham força principalmente no setor têxtil há criação de comissões de fábrica e salário ou sindicatos que começam a organizar greves. A luta se torna nacional quando é criada a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, que tão logo é dissolvida pelo Estado e vai refletir na “greve dos 300 mil” em 1953 no estado de São Paulo pedindo reajuste salarial. Essa greve traz consigo a necessidade de um sindicato que tenha sua estrutura horizontal, indo de encontro à estrutura oficial que foi criada pelo Estado.

Na década de 1950 o governo de Vargas sobre muita pressão pelos Estados imperialistas e o governo acaba com seu suicídio. Juscelino no governo aplica o Plano de Metas, e o capital estrangeiro é incentivado novamente a investir no país. São concessões de terrenos, isenções de impostos, muita matéria-prima barata, facilidade no escoamento das mercadorias produzidas, legislação trabalhista e controle na força de trabalho que garantiam uma dura exploração da classe trabalhadora. Os anos 30 e 40 que priorizaram os setores de bens de consumo não duráveis e de bens intermediários e obras urbanas, deram sustento à priorização nos anos 50 e 60 dos ramos de bens de capital, máquinas e equipamentos. Essa priorização garantiu a estrutura diversificada no Plano de Metas que desenvolveu os ramos da indústria automobilística e de aparelhos eletrodomésticos, diminuindo as importações dos produtos desses departamentos (I e II), pois a produção interna foi incentivada e acelerada.

No entanto, em 1960 o ritmo do desenvolvimento capitalista desacelera e a conjuntura de luta intra e interclasses se tensiona e ocorre ainda num cenário onde a burguesia tenta centrar o desenvolvimento no setor de bens duráveis. Começa então

um período de autoritarismo industrial, que é manejado pela força militar no comando do Estado. Esse período é a saída necessária para voltar a acumular na produção industrial e agrícola o que estava se acumulando antes.

O primeiro ato de reorganização é desconcentrar as indústrias e levá-las para regiões onde não há industrialização, mas mantendo as sedes principais na região sudeste, em São Paulo. O Estado garante essa redistribuição territorial das empresas monopolistas. Assim como garante também a modernização da agricultura enquanto essa se dispersa.

O Estado proíbe novas instalações de indústrias de bens intermediários na área de concentração nacional industrial e determina que algumas existentes sejam transferidas, mas mantém de forma controlada as indústrias que são mais estratégicas para o capital, como as siderúrgicas, metalúrgicas e petroquímicas.

A nova divisão territorial do trabalho no Brasil baseia-se na dispersão das indústrias de bens de capital e bens de consumo durável pela região Centro-Sul, das indústrias de bens intermediários por onde tiver os recursos de extração mineral necessários, e das indústrias de bens de consumo não durável pela região Nordeste.

Nessa década (1960) metade das indústrias que estavam no Brasil eram multinacionais devido ao conforto garantido pelo governo. Por exemplo em São Paulo houve a implantação da Volkswagen, Ford, GM e Mercedes Benz, assim como de aparelhos eletrodomésticos. Assim, o capital estrangeiro consolidou sua dominação nos planos econômicos brasileiros, mudando de ramo nas vezes que mudava o centro econômico do sistema.

O Estado no governo ditatorial fez parte da esfera da produção, para além da política. A dívida cresceu com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com bancos estrangeiros no intuito de desenvolver a estrutura do país de forma extraordinária, causando grande inflação cujos salários não acompanharam, piorando as condições de vida dos trabalhadores. O aumento salarial teve média de 15%, enquanto a produtividade teve aumento de 37% e os lucros empresariais de 76%. São pelo menos 235 greves que se instalaram pelo país para pedir principalmente o reajuste salarial com mais de 450.000 grevistas durante a ditadura militar. O governo se encontra numa necessidade absurda de manter o controle sobre os grevistas, então aumenta a repressão e cede terrenos aos sindicatos para que continuem ocupados com suas ações assistencialistas. Porém os comandos de greves das fábricas em

âmbito nacional se movimentam e envolvem outras categorias na luta, fazendo um grande movimento nacional organizado dos trabalhadores. Contra a repressão e por melhores condições de trabalho e vida.

É importante ressaltar aqui, que no intuito de manter os sindicatos sob controle rígido, o governo ditatorial coloca em ação na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão), um ator que vai se mostrar importante pelos próximos 22 anos desde 1965 quando se tornou diretor. O Sindicato então detinha a representação legal de 400.000 metalúrgicos e mantinha conciliação com os interesses patronais, mesmo fingindo uma aparência combativa através de panfletos, assembleias e cursos de formação sindical (que a teoria era contraditória com a prática do sindicato). Quando a oposição se organizava no dia a dia pela base sem o sindicato, conseguia liderar assembleias de campanha salarial e várias greves sem o apoio da direção oficial, e quando isso ocorria a direção se preocupava em entregar a militância à patronal. Esse ator é chave, pois daqui que surge a ideologia e a direção da Força Sindical nos anos 90.

A burguesia segue lucrando cada vez mais e de forma acelerada por causa da superexploração da mais-valia dos trabalhadores fabris que produzem mais e mais a cada ano, e no momento de ascensão da classe trabalhadora organizada diante das práticas de repressão por parte do Estado ditatorial, vê disso uma oportunidade para se sobressair nos embates intradominantes e se utiliza do ainda pacto populista enquanto estratégia, principalmente para resolver as contradições capital-trabalho, que garante o sindicalismo “pelego” junto com a nova formulação pela direção do PCB.

De certa forma esse sindicalismo não confrontou o sindicalismo oficial, pois a década de 1970 teve um processo parecido com o da década de 1910 quando a educação e a política sindical se davam pela população organizada na volta das fábricas. O ABC paulista nos anos 70 é considerado uma concentração industrial-operária em escala metropolitana, mas ainda funcionou como um complexo fábrica-vila-bairro onde o “operariado fabril contesta o mecanismo de repressão e superexploração da mais-valia como política de revitalização da economia combatida” (MOREIRA, Ruy. Resistência e ruptura operária. *In*: MOREIRA, Ruy. O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil. [S. l.: s. n.], 2013. p. 153.). Os sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista se unificam e se organizam por Comissões de Fábricas para começar um movimento de ocupação das fábricas, a

fim de fazer suas assembleias e organizar piquetes pelos bairros conduzidos conjuntamente por associações de moradores de bairro. Recuperaram de certa forma o modo autônomo de movimentação independente dos anos 1910-1920 e se tornou um problema para o Estado gerir a manutenção do capitalismo.

O “novo sindicalismo” que começou a se desenhar autônomo novamente, nasceu na década de 1970 com a grande expansão da classe trabalhadora industrial, construindo novas práticas, novos mecanismos e novas instituições, porém ao longo das próximas décadas foram substituindo a luta de confronto e de autonomia sindical (com lutas contra o imposto sindical, contra a estrutura hierarquizada do sindicato, etc) pelas negociações, parcerias e pactos sindicais. O cenário de reestruturação produtiva em escala global, de emergência da pragmática neoliberal e financeirização do capital forma um espaço propício para o novo sindicalismo se desenvolver. Na década de 80 se constrói o PT, a CUT e o MST, assim como as lutas sociais e sindicais que cresceram de forma avançada.

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O NEOLIBERALISMO

No livro *Condição Pós Moderna* de Harvey ele discute sobre a incapacidade do modelo fordista e keynesiano - que pregava o Estado de Bem-estar Social - de conter as contradições existentes do capitalismo devido a rigidez existente nesse modo de produção. O modelo começou a mostrar suas debilidades no pós guerra. Assim como em qualquer outro modelo dentro do capitalismo, é impossível que as contradições se mantenham, pois a tentativa de superação dessas contradições existentes batem de frente com a força da classe trabalhadora organizada, e no pós guerra a classe esteve lutando numa onda de greves em 1968 a 1972.

E seguindo no previsto por Marx e Engels onde “A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais.” (MARX & ENGELS. 1998. p.43.), a burguesia se movimenta.

O Estado acabava por restringir os gastos públicos devido à rigidez existente na produção fordista e os gastos com essa, mesmo tendo que manter programas de assistência à população. A saída encontrada para isso foi a capacidade do Estado de impressão de moedas o quanto fosse necessário para manter a economia estável. Então uma onda inflacionária afundou a expansão do pós-guerra.

Em condições de deflação há no setor produtivo muita ociosidade ainda devido a enorme capacidade excedente inutilizada, e que em momentos de intensificação da competição as fábricas se veem obrigadas a se reestruturar e a intensificar o controle do trabalho. Há muitas mudanças para garantir a estabilidade das fábricas e para acelerar o tempo de giro do capital.

Nesse cenário de intensificação da competição, a reestruturação produtiva do capital que teria acontecido no período pós-guerra quando as concepções do modelo toyotista se manifestaram e que se observam até hoje, constou em introduzir novos elementos para a organização do trabalho que se articulou num padrão mundial da produção do capital, que será caracterizado como acumulação flexível, e substituem aos poucos as práticas do taylorismo-fordismo na medida em que os Estados se ajustam, contrapondo o que estava atravancando a produção no modelo fordista. Os defeitos observados nos produtos finais agora são resolvidos no meio da esteira, impedindo que seja produzido tudo para que se arrume somente depois,

assim como acabou com a produção em série de estoque, produzindo a partir da demanda que o próprio modelo acaba criando.

A acumulação flexível passou a ser um modelo de produção capitalista de confronto direto com a rigidez do fordismo. A flexibilidade dos processos e dos mercados de trabalho, da esteira para os produtos e dos padrões de consumo impulsionam a acumulação flexível. Se criam setores de produção inteiramente novos, assim como novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e principalmente taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. O desenvolvimento desigual muda seus padrões e os conjuntos industriais se realocam junto com o amplo surgimento do “setor de serviço”.

Harvey vai afirmar que a acumulação flexível:

“também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. [...]

A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural”, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical - uma das colunas políticas do regime fordista.” (HARVEY, 1989. p.166)

Essa mudança no trabalho é visível na introdução da automação da manufatura e utilização cada vez mais tecnológica de informatização junto com a reestruturação produtiva gerada no toyotismo, que diferente do taylorismo-fordismo, sua tendência é a capacidade que as empresas têm de articular em sua composição orgânica de capital um maior peso em capital constante (trabalho morto) e um peso menor em capital variável (trabalho vivo). Esse movimento também se expressa nas ferramentas digitais e informacionais utilizadas no aprimoramento da exploração da força de trabalho nos mais diversos setores abrangendo as novas configurações da classe,

“que é marcada pelo enxugamento do operariado “tradicional” e a expansão do trabalho terceirizado e precarizado. Com seus

contingentes localizados principalmente no setor industrial, na agroindústria e indústria de serviços, dotados de grande taxa de informalidade.” (IORA, 2019. p. 10)

O neoliberalismo surge como adaptação junto da acumulação flexível pós guerra nos países europeus e norte americanos, numa reação contra as intervenções do Estado e da política de bem-estar social. Em 1973 logo após a grande onda de greves, a crise capitalista pós guerra (famosa por ser chamada como “crise do petróleo”) atingiu os Estados Unidos com baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação. O objetivo principal era combater a grande inflação que seria a condição para a recuperação dos lucros dos burgueses.

Os teóricos do neoliberalismo combatiam as ideias do keynesianismo que já não dava mais conta do aumento dos lucros da burguesia, defendendo principalmente que a desigualdade era um valor positivo e que a concorrência era necessária para o bem estar de todos. Então a solução principal dos teóricos neoliberais era a seguinte: o Estado deveria ser forte em sua capacidade de romper o poder que os sindicatos tinham de organização de luta. E quando colocado em prática, foi um dos principais fatores cujo as taxas de lucro das indústrias voltou a crescer, pois as greves diminuíram drasticamente nos anos 1980 e os salários estiveram contidos. O enfraquecimento dos sindicatos foi um grande reflexo do aumento da taxa de desemprego, que desestabilizava os trabalhadores que permaneciam em seus empregos. Assim o Estado esteve no controle do dinheiro enquanto disciplina orçamentária, e foi cuidadoso nos gastos sociais e nas intervenções econômicas, além de ter incentivado a isenção fiscal sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Essas todas foram medidas que tiveram êxito na deflação.

Em 1979 em diante, ainda no início do programa neoliberal que estava sendo colocado em prática, começaram a surgir os governos declaradamente neoliberais, e junto da crise econômica do período, os governos de direita tinham um fundo político ideológico que nos próximos anos demonstraram a hegemonia neoliberal principalmente como anticomunista. O que ia de encontro com o discurso necessário para que os trabalhadores não aderissem o discurso e a prática de luta e então não atrapalhassem o acúmulo de mais-valia.

O neoliberalismo aplicado nos governos norte-europeus seguiu o seguinte calendário de ações: contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desempregos massivos, reduziram gastos sociais e tiveram um amplo programa de privatização em habitação pública e em indústrias básicas de aço, eletricidade, petróleo, gás e água.

O governo norte americano também reduziu os impostos para os ricos, elevou as taxas de juros e acabou com a única greve séria que teve no mandato de Reagan. Porém, ao contrário dos norte-europeus, não respeitou a disciplina orçamentária, pois se colocou numa corrida armamentista com a União Soviética com objetivo de quebrar a economia deles. Era a medida principal do governo neoliberal norte-americano de discurso anticomunista e envolveu tremendos gastos militares, criando o maior déficit público dos EUA.

Os países sul-europeus começaram a eleger governos de esquerda, indo de contramão ao avanço neoliberal do resto da Europa no início da onda neoliberal. Pelo menos na França e na Grécia, os governos tentaram realizar políticas de deflação, de redistribuição, de pleno emprego e de proteção social. Porém os projetos fracassaram e a economia mundial pressionou os governos para mudarem suas políticas e se aproximarem das políticas neoliberais.

A recuperação dos lucros nos anos 1980, no entanto, não levou à recuperação dos investimentos. Os mercados de câmbio internacionais em suas transações monetárias tiveram uma explosão que diminuiu mundialmente o comércio de produtos. E a desregulamentação financeira acabou sendo um importante elemento do programa neoliberal, criando condições muito mais propícias para a inversão especulativa, do que para a inversão produtiva.

É importante ressaltar que o Estado de bem-estar na Europa não diminuiu o tanto que era esperado, pois o aumento do desemprego e o aumento demográfico dos aposentados na população fez com que o Estado aplicasse muitos bilhões em gastos sociais, mesmo quando houve muitas medidas tomadas para que tivesse sido contido esses gastos.

Quando em 1991 o capitalismo entra em crise de novo, o programa neoliberal continuou como opção principal. Há avaliações como as de Perry Anderson² que entendem a continuação do neoliberalismo como reflexo da queda do comunismo no leste europeu onde se sobressaíram governos extremamente neoliberais. E até em governos no ocidente europeu que se colocavam como oposição ao neoliberalismo, seus projetos e políticas acabaram se igualando.

Na América Latina

A América Latina foi na verdade o continente de experiência neoliberal sistemática do mundo. No Chile desde 1973 quando instaurada a ditadura, medidas básicas do programa do neoliberalismo como: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos e privatização de bens públicos foram impostas antes de acontecerem na própria Inglaterra, alvo local de Hayek que era teórico do Neoliberalismo. Inclusive, as medidas consideradas neoliberais impostas na ditadura do Chile, deram pano para que os teóricos do neoliberalismo europeu e americano formulassem melhor suas teorias. Assim como o neoliberalismo na Bolívia nos anos 1980 que deu pano para o programa neoliberal do Oriente pós-soviético e do sul europeu.

No Brasil, o processo de implementação do modelo de acumulação flexível começa a ser visualizado nos anos 1980 quando as transnacionais do setor automobilístico adotaram medidas gerenciais do modelo toyotista. Nas próximas décadas a organização do desenvolvimento capitalista no Brasil mudou o seu tripé - capital nacional, estrangeiro e estatal - e o Estado buscou criar as condições para as políticas neoliberais se instalarem fortemente devido à diversas pressões para que o Brasil se inserisse na nova divisão internacional do trabalho. As principais medidas da política do programa neoliberal no Brasil foram: a liberalização comercial, a financeirização, o processo de privatização do setor produtivo estatal, a livre circulação de capitais, a reestruturação das políticas sociais, a desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas e a oposição da colocação da verba no gasto público.

² Inscritas no capítulo BALANÇO DO NEOLIBERALISMO do livro: Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático.

Mediados pelo capital financeiro, o sindicalismo começa a ser afetado diante de uma mudança concreta no mundo do trabalho com o avanço técnico-científico-informacional, onde a informalidade, a precarização e o desemprego aumentam.

É nesse cenário após o movimento dos trabalhadores ter ganhado muita força nas ruas e nos sindicatos até os anos 1980, que aconteceram conferências das categorias organizadas em luta e se criou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Esse movimento forte dos trabalhadores traz a tona o debate de sindicato novamente, mas ainda com o movimento centrado nas comissões de fábrica e percebendo seu papel ativo enquanto movimentador da história na luta de classes. E é aqui que surge o debate sobre um partido operário, este que deveria unir as comissões de fábrica, empresas e associações de moradores de bairro, num só programa.

AS CENTRAIS SINDICAIS

A CUT

O novo sindicalismo da década de 1970 era atuante diferentemente das práticas do antigo sindicalismo. Houve um movimento de oposição ao sindicalismo oficial, onde o objetivo era criar uma nova central sindical que fosse independente do Estado e da patronal. O movimento se articulou de tal forma que estes sindicalistas mais ativos se denominaram de “sindicalistas autônomos” e lutaram contra o sindicalismo pelego ativamente. Posteriormente esses sindicalistas fizeram parte da construção da CUT junto de movimentos de oposição sindical criadas nessa época, com alguns líderes que vieram se tornar figuras importantes - e representativas - no processo (Lula, Olívio, Jacó).

A CUT criada em 1983 foi o resultado da unificação de diversas lutas da classe e hoje expressa as diferenciações no interior do movimento sindical brasileiro. Mesmo que numa tentativa de unificar as diferenças sindicais, sua atuação inicial na década de 1980 rejeitou a conciliação de classes e priorizou uma luta combativa, assim como diversas movimentações da classe trabalhadora fizeram nesta década, que foi regada de greves e mobilizações.

No entanto, o sindicalismo cutista encerrou sua fase de ganhar a confiança das bases através das lutas concretas e iniciou sua fase de negociação e de proposições, lideradas nos congressos por um grupo interno da CUT chamado Articulação Sindical. Esse movimento foi tornando cada vez mais esse novo sindicalismo em institucionalizado e hierarquizado. Chegaram a defender a redução dos tributos à indústria automobilística a fim de dinamizar a indústria automotiva e preservar empregos; defender a política de incentivo às câmaras setoriais; as constantes participações em outros fóruns e espaços de negociações; e começam a disputar essas defesas com outras centrais sindicais que surgiram nessa década, como a Força Sindical, que será analisada adiante para nosso estudo de caso. Podemos dizer então que a CUT e o MST reiteraram o modo corporativista de organização dos anos 1930 - 1960 tal qual o PCB fez.

Seguindo dessa forma, a CUT ajudou na ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder. O partido tinha no seu plano de ações - batizado de Projeto Democrático e Popular - duas frentes distintas mas que deveriam se complementar. Uma que estaria ligada aos movimentos sociais e sindicais da luta da classe

trabalhadora e outra que conforme a primeira ganhasse corpo, avançaria dentro da institucionalidade para suprir suas demandas. Essas duas frentes juntas eram a estratégia conhecida como “movimento de pinça”, pois os dois braços da pinça deveriam ter o mesmo tamanho sempre.

No entanto, essa estratégia não se concluiu e a frente dos movimentos sociais perdeu força quando o partido percebeu as reais possibilidades de ganhar as eleições presidenciais, fazendo com que a frente institucional crescesse demais. O partido então na década de 1990 e 2000 conduziu e aprofundou as principais políticas neoliberais adotadas anteriormente pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Portanto, foi nessa união afinada entre governo (PT) e sindicato (CUT), que o movimento dos trabalhadores tendeu a diminuir cada vez mais e modificar sua estratégia de luta, quando antes era uma luta classista, acabou por se tornar até hoje uma luta “cidadã”, termo que abrange para além da classe trabalhadora, mas também empresários, pequenos burgueses, burgueses etc etc. colocando em prática de fato uma conciliação entre classes.

A Força Sindical

A Força Sindical criada em 1991 dizia ter por objetivo ser uma Central Sindical que se diferenciaria do duplo sindicalismo que estava dado: o radicalismo estéril da CUT e o conformismo paralisante do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) liderado pelo Joaquinção (comentado anteriormente) e posteriormente pelo Antônio Magri (que se mostrou parceiro da Força Sindical logo antes dessa ser fundada). Ela nasceu com o discurso de continuar lutando pela redemocratização da sociedade brasileira. Na prática e no discurso, a nova central se dedicou a manter a ordem dos trabalhadores, já que “a pretensão da Força Sindical tinha de fato a finalidade de desarmar a resistência dos trabalhadores das investidas dos governos neoliberais.”(ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista Para Onde Foram os Sindicatos?: Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. Caderno C R H, [S. l.], v. 28, n. 75, p. 511-528, 2015. p. 520). Com uma pragmática neoliberal, apoiou em sua militância ativa as privatizações das empresas estatais, a abertura total ao capital externo e a desregulamentação do mercado de trabalho.

“O processo de formação da Força Sindical combinava a rejeição ferrenha ao confronto, ao mesmo tempo em que as ações sindicais são estrategicamente calculadas para não ultrapassar a esfera da

negociação. De fato, a greve era concebida como a última alternativa depois de esgotadas todas as possibilidades de negociação”. (ANTUNES & SILVA, 2015, p. 521)

A FS demonstrou que atuava como um sindicalismo de resultados, pois este se coloca enquanto um dos pilares da implantação do projeto neoliberal e se liga intimamente com a burguesia. Ainda no governo Sarney, Medeiros passou a ser chefe da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) que não existia, e passou a existir com finalidade de representar todos os sindicatos de Metalúrgicos do Brasil, ganhando parte dos impostos sindicais dessas entidades. O dirigente da Força Sindical se aproveitou dessa nova estrutura para fazer o papel clássico do “pelego” e dedurar o movimento dos trabalhadores e continuar ganhando a confiança da burguesia. Inclusive junto com o apoio da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que desde 1989 se mostrou companheira na pragmática neoliberal.

Na constituição de 1988 sobre a atuação e criação dos sindicatos, a FS consegue impedir a aprovação da Convenção 187 da OIT que determinava a liberdade sindical, continuando a unicidade com sua consequência do imposto sindical como as contribuições sindicais compulsórias. é colocada a imposição da investidura sindical (criação), a unicidade sindical e as contribuições sindicais compulsórias, assim como a arbitragem judicial obrigatória nos conflitos trabalhistas, entretanto há um veto na interferência e intervenção por parte do Poder Público na organização sindical, que revela a contradição da própria formulações de normas constitucionais.

Um dos principais acontecimentos que mostrou a Central como “pelega” de fato foi quando em nome dos metalúrgicos de São Paulo, Medeiros se aliou ao Centrão e ajudou a garantir que bandeiras clássicas do movimento operário não fossem aprovadas. Assim como lutou contra a estabilidade, as quarenta horas semanais e a reforma agrária. Ao garantir o discurso e a prática do peleguismo sempre disposto a negociar com qualquer um e utilizando discursos pró-capitalista, essa Central foi essencial para a burguesia quando sua alternativa continuava sendo a CUT. A burguesia gostou tanto da Força Sindical e de Medeiros que garantiram que seus discursos passassem horas nos canais de televisão e cobriam todos os gastos de marketing, ficando escancarado demais a aliança.

A Força Sindical enquanto boa defensora e ajudante do neoliberalismo defendia a eliminação daquilo que sua ideologia dizia ser os “privilégios” do setor público. Então quando teve chance, apoiou os governos Collor (1990-1992) encaixando os discursos entre si e FHC (1995-2002). Inclusive, mesmo quando Collor teve milhões de manifestantes saindo às ruas contra a corrupção e o empobrecimento repentino, a Força Sindical manteve seu apoio junto com a FIESP, chegando um momento em que Medeiros ajudava no planejamento dos projetos neoliberais de Collor. E é importante colocar que os militantes da Força Sindical têm histórico grande de se utilizar da força física para criar confronto e casos a seu favor (Inclusive com alguns casos passando na televisão no início de sua fama), começando uma época de banditismo sindical legalizado pelos seus dentro do Ministério. Mesmo quando estes acusavam a CUT e o PT de tamanha violência, eram nítidas suas ações.

Durante o governo de Collor, Magri adentrou no Ministério do Trabalho enquanto ministro, e no período dos dois anos do governo os sindicalismos de resultados (FS e CGT) tiveram concedidas pelo Ministério do Trabalho 132 cartas sindicais para fundar seus sindicatos com a nova Central, enquanto que a CUT teve apenas treze cartas cedidas. Para além dessa estratégia, a Força Sindical buscou construir os novos estatutos dos sindicatos de forma a inviabilizar que a CUT conseguisse entrar em algum momento.

Até o impeachment de Collor, Medeiros conseguiu com que os metalúrgicos de São Paulo não se movimentassem para a luta. Era uma estratégia desde o início de sua infiltração no setor metalúrgico diminuir a força e a capacidade de organização dos trabalhadores do pólo industrial mais importante da América Latina.

Então na disputa presidencial entre Lula e FHC, Medeiros fica do lado daquele que vai aplicar mais rapidamente medidas contra os trabalhadores. Em 1999 Medeiros se elege deputado federal pelo partido da direita assumida Partido da Frente Liberal e tem que se licenciar do cargo de direção da Central, já envolvido em casos de corrupção e roubo. Passa a bola para Paulinho (Paulo Pereira) e os holofotes logo saem de Medeiros.

Paulinho se mostra tão bom quanto Medeiros.

“continua o projeto da Central de se transformar em uma prestadora de serviços. E o carro chefe dessa fase da Central será o dinheiro vindo dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Com

uma quantidade de milhões de reais liberados pelo governo superior a qualquer outra central, a FS terá como se expandir facilmente. Oferece seus serviços assistencialistas a centenas de sindicatos que acabam aceitando a filiação à Central como meio de ter acesso aos recursos do FAT.” (GIANNOTTI, 2002, p. 160.)

A Central então até o início de 2000 para continuar sendo financiada e continuar existindo, seguia alguns compromissos para com a burguesia e o governo neoliberal. Além de concordar com todas as medidas e reformas neoliberais, apoiava o fim da estabilidade dos Servidores Públicos e mudanças no sistema de previdência social, pois isso se encontrava dentro do maior apoio de privatizações e fim do serviço público. Concluiu bem em 1993 seu papel na privatização da Usiminas que era modelo mundial de tecnologia e de lucratividade, como o FMI estava demandando, e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que era símbolo do projeto desenvolvimentista da década de 1930.

O maior desafio da Força Sindical era convencer os trabalhadores que a CLT criada no governo de Vargas deveria ser eliminada pois estava ultrapassada e não atendia à modernidade do trabalho.

Numa crise econômica crescente, onde a estabilidade se dava às custas da recessão da atividade econômica, redução da capacidade produtiva, então o aumento do desemprego nas empresas era constante. FHC lançou várias Medidas Provisórias sobre o sindicalismo que tinham o objetivo principal de modificar como se dava a negociação salarial, para que fosse negociado “livremente” entre patrão e empregado. A Força Sindical entra aqui continuando seu trabalho e propõe um novo tipo de contratação: o Contrato Provisório, Temporário implantado em 1998. Esse tipo de contratação diminui os custos das empresas pois diminui os direitos dos trabalhadores, já que não está na carteira de trabalho assinada. E então as Comissões de Conciliação Prévia que substituíram as instituições dos Juizes classistas implantadas em 2000. Essas Comissões passaram a negociar qualquer acordo, inclusive acabar com contratos de trabalho, e assinar redução ou anulação de direitos garantidos em lei.

Vejamos o cenário seguinte:

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES NA DÉCADA DE 2000

Na década de 2000 podemos observar que as atividades sindical e grevista volta a ganhar certo corpo nas bases, sendo a greve uma das ações mais contundentes e de maior visibilidade política e social, pois tinha ganhos reais de salário. Desde o meio da década são criadas cinco novas Centrais Sindicais frutos dos rachas e divisões internas principalmente da CUT. Esses movimentos são reflexos direto dessa nova reestruturação sindical, já que questionam e indagam as “velhas forças”.

A causas observadas por Armando Boito, Andrea Galvão e Paula Marcelino³ para a recuperação do movimento sindical no meio da década são: a retomada do crescimento econômico, a recuperação (mesmo que rápida) de emprego, a taxa da inflação dos alimentos que estava atingindo taxas superiores à taxa média da inflação, a existência de um regime democrático no Estado, que permitia que o governo federal e as empresas estatais tivessem diretorias oriundas do mandato de Lula e de pessoas vindas do movimento sindical, portanto as greves do funcionalismo público federal e pelos trabalhadores das empresas estatais eram negociadas com mais facilidade; também o desgaste da ideologia neoliberal, e a concorrência política entre as centrais sindicais brasileiras que aumentou a variedade de orientações político-ideológicas. Este último pode se assemelhar levemente ao processo de pluralidade sindical, quando os trabalhadores têm mais “opções” de linha político-ideológica e portanto conseguiriam pressionar mais os sindicatos. No caso, o alto número de Centrais Sindicais faz com que cada uma também tenha que disputar segmentos da classe trabalhadora para apoiar sua legitimidade e cedem às demandas dos trabalhadores quando estes têm força.

A reforma da previdência em 2003 que retirou direitos dos funcionários públicos (os novos servidores perderam o direito à aposentadoria com vencimento integral e seus benefícios não foram reajustados igualmente aos salários dos servidores já ativos), não teve nenhuma resistência organizada pelas centrais sindicais.

No entanto, o número de greves média entre os anos de 2004 a 2007 foi de 300 ou mais greves por ano, com a presença de 1,5 milhão de grevistas. Já em 2008 nas vésperas da crise o número de greves anual subiu para 411. Importante

³ No livro Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000 de 2009.

ressaltar que esses foram os números identificados pelo DIEESE. Dessas greves a participação majoritária foi do setor público (funcionalismo público e empregados estatais), mas o setor privado se elevou e cresceu ao longo dos anos. No entanto essa média é inferior à década de 1990 que era de 900 greves por ano.

Como o interesse do trabalho é sobre o Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí, e os trabalhadores pertencem ao setor privado, trago os dados de 2004 à 2007 do dieese sobre as greves desse setor no Brasil.

Greves e grevistas do setor privado	Greves (número total)	Porcentagem sobre o total no Brasil	Grevistas (número total)	Porcentagem sobre o total no Brasil
2004	114	37,7%	249.259	19,3%
2005	135	45,2%	484.915	23,9%
2006	151	47,2%	388.673	28,6%
2007	149	47,2%	641.766	44,6%

(Fonte: DIEESE, modificado)

Esses dados são menores que os da esfera pública, que está sempre superior em número de greves e grevistas por ano desde o ciclo de greves de 1978-1992. No entanto, vemos um padrão de aumento nas greves e grevistas do setor privado, entendendo que a predominância das greves na esfera privada se deu dentro do setor industrial e que dentro desse setor a maioria das greves foi no ramo metalúrgico atingindo a porcentagem de 70% em 2005, sendo que a predominância desses grevistas se encontravam nas montadoras de veículos.

Essas greves foram em sua maioria ofensivas - já com caráter diferenciado da década de 1990 quando as greves em sua maioria eram defensivas (dieese, 2008: 32) - de modo a conquistar novas pautas e não só recuperar as pautas perdidas ou evitar novas perdas. 90% das pautas foram conquistadas ou negociadas, e as reivindicações mais frequentes eram por ganho real de salário e por conquista ou aumento da Participação dos Lucros e Resultados (PLR). Porém essa característica renovada de ofensiva é mais notada nas greves dos

trabalhadores das indústrias do que do setor público, que ainda tinham greves de caráter mais defensivas (dieese, 2006: 37). A amplitude das greves e métodos de luta se tornaram mais agressivos, com atos públicos, passeatas, piquetes e ocupações. Em 2007, por exemplo, a greve nacional dos metalúrgicos contou com 170 mil grevistas e uma greve estadual dos metalúrgicos paulistas contou com 190 mil grevistas, somando mais de 360 mil trabalhadores.

De fato a maioria das greves desse período foi realizada pelos setores que são historicamente mais mobilizados no movimento sindical, como os metalúrgicos, petroleiros, trabalhadores da construção civil, bancários, funcionários públicos dos setores da educação e saúde principalmente. O sindicalismo anterior não se desfez portanto, algumas características se mantiveram nessa fase de recuperação, como: no setor de serviços a predominância das greves foi dos bancários, trabalhadores dos correios e de transporte (urbano). A inatividade grevista no setor do comércio continuou. E as greves se mantiveram concentradas na região sudeste do país, com uma porcentagem de 87% em 2005, e 83% em 2007.

O governo Lula não teve resistência para interromper o processo de flexibilização da legislação na reforma trabalhista, mesmo fazendo num ritmo menos acelerado que FHC. Inclusive o governo do PT é dito que nunca antes os bancos lucraram tanto. E a reforma sindical dizia respeito à extinção da unicidade sindical e de algumas das contribuições sindicais compulsórias, assim como medidas que promoviam a centralização do poder nas cúpulas sindicais, reduzindo a autonomia dos sindicatos de base e então a possibilidade de resistência das correntes sindicais menores dentro das centrais. No entanto o que foi aprovado no segundo mandato de Lula no âmbito da legislação sindical foi o reconhecimento oficial das centrais sindicais e o seu financiamento com dinheiro proveniente do imposto sindical⁴, que o governo atual tenta anular.

Vemos que para além do desserviço prestado pela Força Sindical, as greves voltaram a ganhar força ao longo da década de 2000 diante da materialidade que os trabalhadores se encontram e do cenário posto para eles.

⁴ Lei 11.648/2008

O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE GRAVATAÍ (SINMGRA)

Em Gravataí, a Força Sindical começou a costurar acordos com a GM e suas sistemistas antes mesmo das empresas se instalarem no Complexo. Como um importante ator na correlação de forças de manutenção do capital por meio da General Motors e todo seu complexo automotivo, a GM passou a endossar a criação, em Gravataí, de um sindicato da FS, central conhecidamente “pelega” nacionalmente, inclusive bancando sala para o Sindicato se instalar e outras estruturas.⁵

O SinMGra já nasceu como uma inserção da FS. Antes disso, porém, era o Sindicato de Porto Alegre que abrangia a base metalúrgica de Gravataí, e tinha como direção a CUT e a FS começou a brigar na Justiça por essa base de Gravataí, pedindo a Carta Sindical para o Ministério do Trabalho para criar o Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí. A partir daí a Justiça proibiu que o Sindicato de Porto Alegre fizesse qualquer tipo de manifestação em Gravataí, e mesmo assim o Sindicato de Porto Alegre continuava fazendo, desde 98/99 até 2005. E cada ação que a CUT fazia nas fábricas, levava uma multa de milhares de reais. O Sindicato de Porto Alegre fez denúncias na OIT com um dossiê colocando a interferência da GM na organização dos trabalhadores.

No fim, a multa somou 53 milhões de reais e decretou a derrota da CUT e do Sindicato de Porto Alegre. Foi então realizado um acordo “entre cavalheiros”, por fora dos holofotes, sendo decidido que a CUT não se colocaria politicamente na disputa pela base da FS em Gravataí e a Força Sindical não se colocaria na disputa pela base da CUT no resto da região metropolitana de Porto Alegre.

Só em 2005 o Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí foi reconhecido pelo Estado, quando o Ministério do Trabalho lhe concedeu a chamada “Carta Sindical”, e logo após essa concessão a Justiça em primeira instância também se colocou em favor do SinMGra. A partir daí o Sindicato Metalúrgico da Grande Porto Alegre recorreu às instâncias superiores gerando um imbróglio judicial que culminou nesse já mencionado “Acordo de Cavalheiros” em 2008 que nenhuma força se meteria na base da outra nessa região do estado.

⁵ Essa e outras informações que vierem a seguir e não tiverem fonte sinalizada, foram adquiridas por conversas com metalúrgicos de Gravataí que estão ativos, trabalhando e construindo a luta desde o início da GM na localidade.

O Sindicato de Porto Alegre aceitou esse acordo e não fez nenhum movimento junto da categoria e nenhuma discussão mais aprofundada sobre a necessidade ou não de se fazer esse acordo. Foi uma decisão de gabinete do sindicato, que decidiu fazer uma assembleia esvaziada sem a participação da base dos trabalhadores de Gravataí.

Em 2014 esse acordo já estava se rompendo e tinha contradições internas na CUT em que uma parte dos sindicalistas resolveu bancar de tentar fazer uma chapa mesmo que não reunisse o número de pessoas necessárias para fechar a chapa, que era 67. Eles entraram na justiça em 2014⁶ questionando a assembleia que modificou o número de trabalhadores necessários de 22 para 67. Então mesmo a majoritária da CUT tentando sustentar o acordo, este não foi sustentado, e em 2015 acabou de fato, pois a FS colocou chapa em Cachoeirinha.

Abaixo trago um boletim (fotos 1, 2 e 3) feito em Junho de 2008 pela Alternativa Sindical Socialista (ASS, que construía a CUT no início da década de 2000 e faz parte da Intersindical Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora, hoje que constrói a Oposição Metalúrgica de Gravataí) e que foi entregue à base dos trabalhadores metalúrgicos como forma de denúncia. O ponto principal dessa matéria é este acordo em que a CUT entrega a base metalúrgica de Gravataí para os “pelegos”.



⁶ Processo que tramita no Tribunal Regional da 4a Região sob o número 0020448-94.2019.5.04.0000.

No dia 08 de maio aconteceu uma assembléia chamada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre com pouquíssima participação da base (menos de 100 pessoas contando com a direção do Sindicato) houve a discussão sobre o acordo que envolve os Sindicatos que estavam disputando a base de Gravataí e a maior empresa metalúrgica e exploradora dos trabalhadores da base, a GM.

O acordo tem como objetivo, tirar os passivos jurídicos contra o Sindicato de Porto Alegre e em troca o Sindicato desiste de continuar a luta junto os trabalhadores de Gravataí, colaborando dessa maneira com as empresas e os pelegos da Força Sindical.

Uma assembléia com pouquíssimas pessoas da base de Gravataí, segundo o próprio Secretário Geral do Sindicato de POA mais de 70% da assembléia eram de outras regiões, definiram o futuro de uma categoria que tem mais de 15.000 trabalhadores e da pior maneira, com pouca discussão na base sem abrir na categoria o que realmente estava em jogo, que

era a resistência construída por mais de 11 anos pelos metalúrgicos de Gravataí.

O Sindicato de POA distribui jornais na base dizendo que não há alternativa, a não ser desistir da disputa em Gravataí. Para receberem o imposto sindical e não ter que enfrentar as ações na Justiça, abandonaram 11 anos de resistência construída com os trabalhadores nas fabricas, vão vender o prédio onde funcionava nossa subsede e que por muito tempo foi símbolo da nossa resistência e luta. Assim fazem o jogo dos patrões e dos pelegos.

Não é de agora que a CUT desistiu de enfrentar os pelegos da Força Sindical. Em São Caetano/SP hoje estão juntos na mesma direção do Sindicato, ajudando a GM a impor o banco de hora e a redução salarial. Em outros tempos a CUT já estaria na rua exigindo punição ao deputado Paulinho Pereira presidente da Força Sindical que está envolvido no escândalo de desvio de verba do BNDES, mas o que fazem hoje é silenciar e serem coniventes com essa central sindical que nasceu para defender os

(foto 2)

interesses dos patrões.

Nós da ASS participamos da assembléia e mais do que nos colocarmos contra esse acordo, chamamos o Sindicato a discutir com a base metalúrgica em Gravataí para que de fato os envolvidos pudessem participar. A direção do Sindicato se recusou a fazer isso e empurrou goela abaixo o acordo dos patrões e dos pelegos.

Mas nossa luta vai continuar com ou sem o Sindicato de POA. Vamos estar no dia a dia das fabricas conversando e organizando os companheiros para enfrentarmos os ataques dos patrões e construirmos uma Oposição independente e de luta para derrotar os pelegos.

Veja o diz o acordo do Sindicato de POA com a GM e os pelegos:

- Subsede da 72: irá à venda e o dinheiro será dividido com 75% do valor para o Sindicato de POA e 25% para os pelegos;
- Imposto Sindical: devido a base estar

sob judici o imposto sindical estava sendo depositado numa conta separada, agora será dividido 75% para os pelegos e 25% para Sindicato POA; GM: o acordo prevê que a empresa retirará o processo de 53 milhões contra o sindicato de POA, em contrapartida o mesmo deixará de pedir para DRT fiscalizar o processo produtivo e também o sindicato se comprometerá em retirar as acusações na OIT (Organização Internacional do Trabalho), onde foi entregue um dossiê contra a GM, relatando que a empresa foi a principal articuladora política e financeira da criação de um novo sindicato em Gravataí.

Obs.: Por que isso? Óbvio que as fiscalizações que estavam sendo feitas através da DRT, muitas vezes deixavam as máquinas paradas por vários dias. Dessa maneira as fiscalizações estavam atrapalhando os planos do complexo GM.

(foto 3)

O que a FS traz em sua página na internet sobre a história do SinMGra é:

“Os metalúrgicos de Gravataí não tinham sindicato próprio na cidade, pois eram atrelados ao Sindicato de Porto Alegre, porém, a partir de

1986, os trabalhadores iniciaram um grande movimento para se emanciparem e terem um Sindicato que verdadeiramente lhes representassem lutando por seus direitos. Somente no ano de 2006 obteve o seu reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho com a concessão judicial da Carta Sindical. Mas, muito antes disso, já tinha a redução da jornada de trabalho com sua principal pauta de reivindicação.” (SINMGRA. Nossa História: Luta do Sindicato de Gravataí. In: Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí. [S. l.], 2015. Disponível em: <http://www.sinmgra.com.br/institucional/>. Acesso em: 3 set. 2019.)

Nessa declaração, a Força Sindical sinaliza que desde 1986 tinha planos pensados para se inserir na metalurgia da região Sul no RS. Como já era de domínio seu a base metalúrgica de SP, fazia sentido em seus planos (que encaixavam nos projetos neoliberais) de conquistar outros grandes pólos industriais. Além disso, declara também que desde o início de sua história, o Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí tinha a redução da jornada de trabalho como sua principal pauta de reivindicação. Ora veremos a seguir algumas notícias que não encaixam com essa informação.



4)

Dirigentes da Força Sindical disseram na sexta-feira, em reunião com a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que aceitam negociar todas as alternativas previstas na legislação trabalhista para evitar demissões, inclusive reduções de salário e de jornada. O líder da central sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho, afirmou que diminuições de salário são aceitáveis desde que haja um compromisso de manutenção do emprego. Nesse caso, segundo a entidade, os sindicatos devem apurar a real situação das companhias para evitar eventuais abusos.

Outras reuniões serão organizadas nesta semana para elaborar um "cardápio de alternativas" para as dispensas, explicou a Fiesp e a central sindical. "Nosso objetivo é buscar, dentro das alternativas que a lei permite, medidas rápidas e pragmáticas", disse o presidente da federação, Paulo Skaf.

Sônia Mascaro Nascimento, da Comissão de Direito de Trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil, explica que as



Paulinho afirmou que diminuições de salário são aceitáveis desde que haja um compromisso de manutenção do emprego. Nesse caso, segundo a entidade, os sindicatos devem apurar a real situação das companhias para evitar eventuais abusos.

ACORDO - Paulinho afirmou que, se nenhum acordo for fechado, haverá uma "enxurrada de demissões" nas próximas duas semanas, quando a maior parte das empresas retoma a produção. "Procuramos a

Fiesp para que eles acalmem os empresários, que peçam para não demitir na segunda [quando as empresas voltam das férias coletivas], para dizer que buscamos o entendimento e que aqui não tem nenhum bi-

cho-papão que vai chegar na sua empresa fazendo greve", revelou Paulinho.

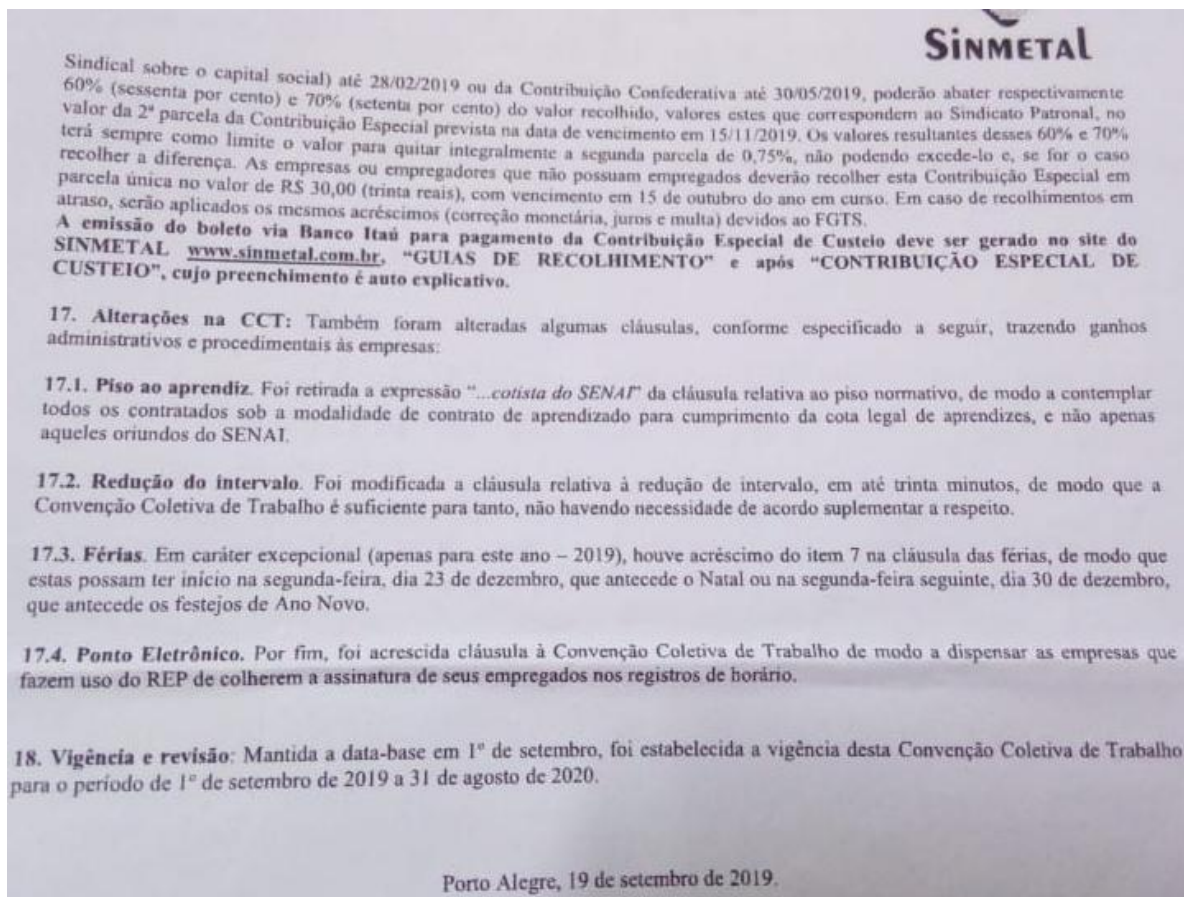
Skaf afirmou que fará um apelo aos empresários para que esgotem todas as alternativas antes de demitir empregados. O empresário espera uma "enxurrada de demissões", mas afirma que não é possível controlar as decisões de todas as empresas do Estado.

Artur Henrique, presidente da Central Única dos Trabalhadores, é contra a proposta da Força e da Fiesp de criar modelos de acordos. A ideia cria generalização e supõe que todos precisem flexibilizar empregos, garantiu ele. "Várias empresas receberam benefícios fiscais e empréstimos de bancos públicos. Algumas se aproveitam para propor flexibilização, sendo que determinados setores têm condições de manter empregos", explicou.

O sindicalista acredita que os modelos de acordos fazem com que "os trabalhadores já comecem perdendo" e que, com isso, "só se ajuda quem está se aproveitando do momento para demitir". (Folhapress)

(fotos 5 e 6)

Esse artigo (fotos 4, 5 e 6) foi publicado no Jornal O Sul, em 11 de Janeiro de 2009. Nele, o Deputado Paulinho (dirigente da Força Sindical) defende a flexibilização (redução salarial) como medida para evitar demissões na crise econômica. Afirmou que "diminuições de salário são aceitáveis desde que haja um compromisso de manutenção do emprego" e que "procuramos a Fiesp para que eles acalmem os empresários [...] para dizer que buscamos o entendimento e que aqui não tem nenhum bicho papão que vai chegar na sua empresa fazendo greve".



(foto 7)

Esta é a circular (foto 7) que a patronal mandou para as empresas logo depois que fecharam o acordo da convenção coletiva com o sindicato em Setembro deste ano. No ponto 17.2 sobre o intervalo de almoço ou janta, que deveria ser de uma hora e quando a empresa quisesse diminuir este tempo, comunicava o sindicato para que este fizesse assembleia com o trabalhador como estava no acordo coletivo, e após a negociação mandava para o Ministério do Trabalho para que este homologasse o pedido de acordo com as condições da empresa. Porém, agora se a empresa quiser que o intervalo seja de meia hora, basta ela implantar, sem a necessidade de negociação com o sindicato e posterior homologação no Ministério do Trabalho, como era anteriormente. E no ponto 17.3 sobre a questão das férias - especialmente para 2019 - em que permite que seja dada férias na véspera de natal e ano novo, dias 23 ou 30 de dezembro/19, embutindo os feriados dentro dos dias de férias do trabalhador, evitando que este tenha férias *E* feriado.

O acordo coletivo negociado com o sindicato e as empresas do complexo da GM em 2017 tem como data base o mês de abril, diferente do resto da base dos

metalúrgicos de Gravataí que acontece no segundo semestre do ano. Este acordo valeu por três anos (2017, 2018 e 2019) e teve como consequência para os trabalhadores o aumento para 15 anos do tempo para se chegar no teto salarial, perdas salariais, no piso salarial, no PPR e a extinção do abono. Podemos analisar aqui que o complexo, por ser o principal pólo da metalurgia na região, ao ter seu acordo firmado no primeiro semestre, dita a linha dos acordos feitos no resto da base metalúrgica da região posteriormente.

Nos últimos meses de 2019, estão havendo novas negociações entre a GM e o sindicato. Estão fechando um acordo por quatro anos, antecipadamente à negociação da campanha salarial que seria feita em Abril de 2020. Para 2020, o reajuste salarial será de 0% e o reajuste vai ter sua porcentagem aumentada nos anos seguintes apenas. A princípio, este acordo já foi enviado para o Ministério do Trabalho e não temos como saber ainda a totalidade das perdas que existem dentro dele.

A chapa atual do Sindicato se mostra aliada à empresa desde a construção da fábrica em Gravataí, fazendo acordos sem consultar os trabalhadores, não mobilizando frente aos ataques etc. E com a ameaça da GM de sair do país, esta fez reuniões com os sindicalistas e colocou que não sairia a menos que as empresas (de São Paulo e Gravataí) modificassem 21 pontos em Gravataí e 28 pontos em São Paulo no contrato que vão acabar piorando as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Tais como em Gravataí: *Terceirização de atividades meio e fim, Piso salarial de R\$ 1.300,00. (O atual está em torno de R\$ 1.570,00), Jornada especial de trabalho (12/36 horas)*. O SinMGra fez uma assembleia de três horas que os trabalhadores tiveram que repor no dia seguinte. O sindicato não informa direito aos trabalhadores o que está acontecendo e estes apenas arcam com as consequências. Nessa assembleia a FS disse que voltará a conversar com a GM em 2020, e considerou isso uma vitória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contextualização de grande parte do movimento sindical urbano brasileiro até chegar nas últimas duas décadas foi essencial para o estudo do caso. E a técnica que utilizei para análise de dados coletados que baseou-se no auxílio metodológico da análise de conteúdo foi determinante para que fosse feita a ligação entre os assuntos e que fosse possível ter respondido a pergunta inicial do trabalho durante o processo.

Toda conjuntura que o tempo atravessa parece estar coberta de ataques à classe trabalhadora e conseqüentemente coberta de sangue dos milhões da classe no Brasil, ou dos bilhões da classe no mundo. É desanimador, ao mesmo tempo que nos quebra as esperanças de acreditar em algum tipo de governo que não esteja diretamente atrelado ao movimento dos trabalhadores. Devemos desconfiar do “pai dos pobres” ou do simples metalúrgico que chegou à presidência (mesmo que aqui não tenhamos nos debruçado tanto). Devemos sempre estar desconfiados e analisando criticamente todos os movimentos dos atores que compõem essa sociedade.

O SinMGra é desconfiável, e vimos que com razão. Ele é limitado tanto pela sua estrutura como pelos efeitos que está subjugado, já que um ator de extrema importância para o capital e atualmente tem cumprido bem essa aliança com a burguesia.

A estrutura do sindicato que temos no Brasil é consolidada há quase um século já. E essa estrutura mantém todos os sindicatos reféns do Estado, pois estes só existem se o Estado der seu aval. O sindicato terá sua autonomia e autenticidade para organizar as lutas quando não tiver mais a estrutura que tem. E para destruir essa estrutura que legitima a subordinação do sindicato pelo Estado, deve ser destruído o próprio Sindicato Oficial. Parece estarmos longe desse acontecimento, entendendo que o Estado tem se adaptado e consolidado à todo momento que o capital dá seus passos.

A burguesia e seu Estado são espertos, e estão pensando sempre um passo à frente dos acontecimentos pois estes devem se antecipar diante das crises e tomar medidas desde cedo para garantir que não quebrem. Já nós, a classe trabalhadora, estamos correndo atrás - e de forma desorganizada - de todos direitos que conquistamos nesses últimos séculos no Brasil. E se diminuirmos a escala um

pouco, podemos dizer milênios no mundo, desde que a exploração de uma classe sobre outra começou, e os explorados vêm derramando seu sangue para mudar essa realidade.

O Sindicato Oficial para além de sua estrutura, ainda é reflexo dos seus efeitos. Toda a conjuntura propicia o sindicato atuar como atua. A conjuntura externa à ele, e a conjuntura interna. É nítido que hoje o sindicato que for “de luta” ou pequenas organizações de trabalhadores se inscrevem para modificar as coisas por dentro do Estado, garantindo direitos que minimamente garantam uma vida melhor para o trabalhador. Ora, no cenário resultante do contexto todo que mostramos, é clara a razão de não vermos sindicatos e organizações de trabalhadores demandando a revolução socialista, e muito menos se dirigindo ao Estado com esse discurso. Esse objetivo é pensado no resultado de muito trabalho de base e conscientização dos trabalhadores sobre o mundo que vivemos, e até lá, as estratégias são firmes: garantir uma vida melhor à todos trabalhadores, ainda que dentro do Estado.

Esse trabalho teria muito a ser desenvolvido ainda, desde estudar a característica espacial das novas montadoras, que podem a qualquer momento mudar-se de local, até como isso determina o movimento futuro dos sindicatos. Será que diante desse novo cenário de mudança rápida do capital de localidade os sindicatos dão conta da organização de luta?

Mesmo descobrindo essa resposta, é imprescindível que não nos deixemos estar derrotados diante da burguesia, pois essa passa muito bem obrigado por causa de nossa classe e do trabalho que produzimos. E nós estamos como? Independente da estratégia de luta, o importante é continuar lutando, juntando os trabalhadores e continuar lutando. Por mim, por ti, por nós.

Nada é impossível de mudar
(Bertolt Brecht)

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis
o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar.

ANEXO

Anexo 1: 21 pontos de mudança propostos pela GM para Gravataí

“OS 21 PONTOS APRESENTADOS AOS TRABALHADORES:

- 1 - Formação de acordo coletivo de longa duração - dois anos -, renováveis por mais dois anos.**
- 2 - Negociação de valor fixo e substituição do aumento salarial para empregado horista; e congelamento ou redução da meritocracia para mensalistas.**
- 3 - Negociação de participação nos resultados com revisão de regras de aplicação, prevalência da proporcionalidade, transição para aplicação da equivalência salarial e inclusão de produtividade.**
- 4 - Participação dos resultados por três anos. Zero no primeiro ano, 50% no segundo e 100% no terceiro ano.**
- 5 - Suspensão da contribuição da GM por 12 meses para a previdência.**
- 6 - Alteração do plano médico.**
- 7 - Implementação do trabalho intermitente por acordo individual e coletivo.**
- 8 - Terceirização de atividades meio e fim.**
- 9 - Jornada de trabalho de 44 anos horas semanais para novas contratações.**
- 10 - Piso salarial de R\$ 1,3 mil.**
- 11 - Redução do período de complementação do auxílio previdenciário para 60 dias.**
- 12 - Renovação dos acordos de flexibilidade.**
- 13 - Rescisão no curso do afastamento para empregados com tempo para aposentadoria.**
- 14 - Desconsideração de horas extraordinárias.**
- 15 - Trabalho em regime de tempo parcial.**
- 16 - Jornada especial de trabalho de 12 por 36.**
- 17 - Ajuste na cláusula de férias com parcelamento previsto em lei.**
- 18 - Regramento do contrato de trabalho intermitente.**
- 19 - Inaplicabilidade de isonomia salarial acima dos 48 meses para uma nova grade.**
- 20 - Cláusula regrando a adoção de termo de quitação anual de obrigações trabalhistas.**
- 21 - Congelamento da política de progressão salarial horista por 12 meses.”**

Retirada de: GaúchaZH

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. **Nota de edição de 1998**. In: MARX, Karl. O Capital. Alemanha: [s. n.], 1867.

ANDERSON, Perry. **BALANÇO DO NEOLIBERALISMO**. In: SADER, Emir; BIONDI, Pablo. **Capitalismo e racismo no Brasil**. Teoria e Revolução, [S. l.], p. 1, 18 set. 2015. Disponível em: <https://teoriaerevolucao.pstu.org.br/capitalismo-e-racismo-no-brasil/>. Acesso em: 1 nov. 2019.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista **Para Onde Foram os Sindicatos?:** Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. Caderno C R H, [S. l.], v. 28, n. 75, p. 511-528, 2015.

BOITO, Armando; GALVÃO, Andréia e MARCELINO, Paula 2009. **Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000** em OSAL (Buenos Aires: CLACSO). 2009, Nº 26, outubro.

BOITO JR, Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil: Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical**. São Paulo: Unicamp, 1991. 158 p. ISBN 85-271-0171-8.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Paris: Xamã, 1994.

GENNARI, Emilio. **Sindicato e organização de base: histórias, dilemas e desafios**. [S. l.: s. n.], 2008.

GENTILI, Pablo (org.). Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. 3. ed. RJ: PAZ E TERRA S.A., 1996. p. 9-23.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise (org.). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. [S. l.: s. n.], 2009.

GIANNOTTI, Vito. **FORÇA SINDICAL: A Central Neoliberal: De Medeiros a Paulinho**. RJ: Mauad, 2002. ISBN 85-7478-071-5.

GUERREIRO, Henrique. **O Direito e a Organização da Classe Trabalhadora: A Problemática da Legalidade na Luta Sindical**. 2016. TCC (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal de Rio Grande, [S. l.], 2016.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 5. ed. UK: Loyola, 1989. ISBN 85-15-00679-0.

IORA, Ítalo. **Capitalismo, Tecnologia e Uberização: Um Estudo Sociológico da Regulação da Força de Trabalho no Brasil**. 2019. TCC (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.

Janjão. **Uma Vez Pelego, Pelego Até Morrer**. Recanto das Letras, [S. l.], p. 1, 29 out. 2007. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/714513>. Acesso em: 20 nov. 2019.

LENIN, Vladimir. **O Estado e A Revolução**. URSS: [s. n.], 1917.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1ªed.1998, 4ª impressão 2005.

MOREIRA, Ruy. **O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil**. RJ: Consequência, 2013.

PCB. **Introdução ao materialismo histórico/dialético**. [S. l.], 10 jul. 2019. Disponível em: pcb.org.br/portal/docs/materialismo.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 1996.

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO AUTOMOTIVO DE GRAVATAÍ - SEICAG. **Relatório de Impacto Ambiental RIMA, volume 5**, Maio/97. [S. l.], 31 maio 1997.

SINMGRA. **Nossa História: Luta do Sindicato de Gravataí**. In: Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí. [S. l.], 2015. Disponível em: <http://www.sinmgra.com.br/institucional/>. Acesso em: 3 set. 2019.